



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5^a REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N° 2.

Às quinze horas do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Romário, Eduardo Girão e Carlos Portinho, e ainda do Senador Dr. Hiran, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Marcio Bittar e Styvenson Valentim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Oitiva. Finalidade:** Depoimentos relacionados à Confederação Brasileira de Futebol. Oitiva do Hélio Santos Menezes Junior, Diretor de Governança e Conformidade da CBF, em atendimento ao requerimento 39/2024; do Eduardo Gussem, Oficial de Integridade da CBF, em atendimento ao requerimento 41/2024; do Júlio Avellar, Diretor de Competições da CBF, em atendimento ao requerimento 48/2024. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/29>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus, saúde, alegrias e vitórias em suas vidas, neste 2024.

Eu gostaria de ter todas as virtudes do meu amigo, irmão e homem público histórico, Senador Romário, mas pelo menos uma eu tenho: a pontualidade. São 15h, desta segunda-feira, 29 de abril de 2024.

Pela segunda vez, de forma inédita em toda a história do Congresso Nacional, uma CPI se realiza numa segunda-feira.

Aproveito para informar que teremos uma semana em que três reuniões serão feitas, em maio: 13, 14 e 16.

Portanto, trabalhar é a nossa obrigação, até porque, a cada dia, aparece uma novidade sobre os motivos desta CPI.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos de Futebol e Apostas, criada pelo RQS 158/2024, para apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, dirigentes, árbitros, auxiliares, empresas de apostas, ou seja, corruptores e corruptos, desde que haja provas cabais e irrefutáveis.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Desde já foi estabelecido, por toda esta semana, o trabalho não só presencial como de forma remota.

A ata, então, está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião, de hoje, destina-se ao depoimento e a questionamentos respeitosos que serão feitos aos senhores que aceitaram, de imediato, o convite: Eduardo Gussem, que é Oficial de Integridade da Confederação Brasileira de Futebol; e Júlio Avelar, Diretor de Competições da Confederação Brasileira de Futebol.

Informo ainda que também foi convidado o Sr. Hélio Santos Menezes Júnior, Diretor de Governança e Conformidade da CBF. Entretanto, esta Presidência foi informada apenas hoje de que ele não poderia comparecer, em função de uma reunião da assembleia-geral da Confederação Brasileira de Futebol.

Sei que alguns Senadores querem falar e não concordam com a sua ausência, mas devo transmitir que, educadamente, a assessoria da CBF, que está aqui presente, veio até mim e se justificou, confessando que foi um erro da assessoria, pois realmente ele tem esse compromisso e ele quer vir em qualquer data que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marcarmos sem a necessidade de convocá-lo, como é o nosso direito – e a minha frase é: "Que venham por amor ou por dor".

Em relação a esse assunto, conforme eu combinei com o próprio amigo e irmão, Senador Eduardo Girão... Eu só peço a ele um instante, em função deste assunto, para confirmar que remotamente já estão conosco, bem antes das 3h da tarde, o Relator – mais uma vez – de algo por que todo o futebol brasileiro espera, aquilo que ele já fez aqui e pelo qual foi prejudicado em uma outra CPI, pelo posicionamento inadequado de um ex-Senador da República, graças a Deus "ex"; o Senador Romário – eu aguardo o Senador Carlos Portinho, pelo seu compromisso, mas ele disse que estaria remotamente –; e o Senador Girão também.

Então, Senador Girão, eu vou dar a palavra ao senhor. E, depois, quero pedir a compreensão dos dois convidados para algo muito importante que quero colocar, até para a observação dos senhores e de todo o Brasil, que foi uma gravíssima declaração dada após o jogo "Bahia 1, Grêmio 0" pelo técnico do Grêmio, o Renato Gaúcho, e também para uma informação que chegou há dez minutos e nos surpreende e nos faz interpretá-la aqui que é: a mesma empresa do CEO, sócio do Botafogo do Rio, John Textor – a mesma empresa contratada por ele –, acaba de trazer a público a sua opinião de que o segundo gol do Botafogo ontem contra o Flamengo foi ilegal.

Com a palavra, o Senador e Vice-Presidente desta CPI, Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Oi, Senador. Ouwe-nos?

Libere um pouco o seu áudio.

Oi, não estou ouvindo. Não estamos, na verdade... (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Agora, está me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agora, perfeitamente, com uma voz cearense...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Que bom, meu querido irmão, Senador Kajuru. Cumprimento-o pela condução dos trabalhos, dizendo que, embora seja de forma remota, estaremos atentos a cada palavra. Quero dar as boas-vindas aos Diretores da CBF que puderam vir. Infelizmente, recebi, com surpresa, agora pela manhã, a notícia de que o Sr. Hélio Santos Menezes Júnior, Diretor de Governança e Conformidade da CBF, convidado por mim para comparecer a esta CPI, não viria por uma questão de compromisso relativo à assembleia geral do órgão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só gostaria, Sr. Presidente, que a gente realmente remarcasse essa data, porque eu continuo considerando como fundamental a presença do Diretor de Governança da CBF, por entender que ele tem muito a colaborar no sentido de esclarecer questões importantes, como a criação e a implantação do canal de ética do futebol brasileiro, que busca ouvir relatos sobre violações ao Código de Ética da Confederação, bem como elucidar fatos sobre as centenas de processos instaurados na Comissão de Ética.

Até junho de 2022, só para o senhor ter uma ideia, eram 588, quando se tratava de manipulação de resultados, contra quem foram e as punições impostas aos infratores.

Além disso, eu gostaria de ouvi-los sobre quantos e quais procedimentos internos do sistema de *compliance* já foram implantados na CBF desde a instituição dessa diretoria e, por fim, sua opinião, como ex-Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol da Bahia.

Portanto, respeitando os argumentos sugeridos pela assessoria da CBF, mantendo o meu requerimento e peço a esta Comissão que marque, assim que possível, a vinda do Sr. Hélio Santos Menezes Júnior para que a gente possa fazer um trabalho bem consistente sobre esse assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muita paz.

Mais uma vez sejam bem-vindos todos os diretores. A gente vai acompanhar essa exposição de motivos e temos perguntas a todos eles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço, Vice-Presidente, Senador Eduardo Girão, e como a palavra "preguiça" não está no nosso vocabulário, desde já eu marco.

Como na semana que vem o Relator Romário terá um compromisso mundial pela Copa Master FIFA, em Curaçao, eu não vou fazer reunião sem ele a meu lado aqui, até porque ele é o Relator, cabe a mim apenas a Presidência, mas, para compensar um dia que ficaremos sem trabalhar, na outra semana nós faremos três reuniões: segunda, terça e quinta, 13, 14 e 16, correto? Secretaria da Mesa, correto?

Então eu já faço o convite, com a assessoria da CBF aqui presente, que me disse que ele viria a qualquer dia, para o dia 13, onde teremos apenas... desculpa, para o dia 16, é isso? (Pausa.)

Dia 16 não são os Presidentes do Palmeiras e do São Paulo? (Pausa.)

Ah, eles passaram para 22? Perfeito, então, dia 16.

O dia 16 está livre, portanto, está assim já determinado, e sei que terei a concordância de todos os nossos membros, especialmente do Relator Romário.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Irmão Romário, eu peço só rapidinho... eu não vou colocar tudo, mas vou colocar a parte principal, para que o Brasil veja ou reveja a declaração grave do técnico Renato Gaúcho, do Grêmio, após o jogo Bahia 1, Grêmio 0, para a análise de todos os senhores, de todas as senhoras e de todo o país, e a compreensão já obtida dos convidados, porque, depois dela, eu já iniciarei as suas palavras e os seus direitos. Mais para a frente comentaremos sobre essa declaração, no telão, de Renato Gaúcho do Grêmio porto-alegrense. (Pausa.)

Eu pedi o Renato Gaúcho.

O Kajuru não enxerga, mas ouve bem para caramba. Eu pedi o Renato Gaúcho e pedi a compreensão do Relator Romário.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, aí está o resumo. Tanto o Senador e Relator Romário como o Senador Eduardo Girão, como, aqui presente, o nosso exímio Senador de Roraima, Dr. Hiran Gonçalves, o Senador Portinho, que já, já estará conosco, também remotamente, todos poderão comentar, caso queiram.

Eu não quero discutir lances, em função da minha visão, mas o que fica aqui como ponto de interrogação é se é pelo menos ético alguém que dirige a Comissão de Arbitragem estar ao lado do quarto árbitro durante uma partida de futebol. É a pergunta que eu deixo no ar.

Vamos então, de imediato, dar início aos depoimentos do dia, começando pelo Sr. Júlio Avellar, a quem convido para ficar em nossa mesa diretora e ter o direito de 15 minutos para sua explanação inicial. Fique à vontade, Sr. Júlio, e muito obrigado pela sua presença, a convite. (Pausa.)

Só regimentalmente, eu digo a V.Sa., se promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. A sua resposta, por fineza, Sr. Júlio.

O SR. JÚLIO AVELLAR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A partir deste momento então, V.Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa. Sei que isso não vai acontecer.

A palavra, então, ao Sr. Júlio Avellar, por 15 minutos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIO AVELLAR (Para expor.) – Exmo. Presidente da CPI, Senador Kajuru, Exmo. Relator da CPI, Senador Romário, em nome dos quais cumprimento todos os Senadores desta CPI, senhoras e senhores, boa tarde. Muito obrigado pelo convite para contribuir com esta CPI.

O movimento crescente de apostas esportivas sem nenhum controle traz sérios riscos à integridade do esporte e à economia popular. No que toca à integridade do esporte, há mais de um ano, a CBF vem sugerindo a adesão do Brasil à Convenção de Macolin, que trata do combate à manipulação de competições esportivas, cujo texto em português tomamos a liberdade de encaminhar à Secretaria desta CPI, para que possa disponibilizar a todos os Senadores.

Esta convenção é o primeiro e único instrumento jurídico internacional de combate à manipulação de resultados, entrou em vigor em 2019 e já tem adesão de quase 50 países, inclusive de fora da Europa, como Austrália e Marrocos.

É muito importante que o Brasil também adira à Convenção de Macolin para o combate da manipulação de resultados. É um passo fundamental para a formulação de uma estratégia nacional robusta e integrada de combate à manipulação de resultados, com base nas melhores práticas internacionais, com o suporte necessário para a superação das lacunas legislativas existentes e também para a implementação de uma plataforma nacional de integridade desportiva.

E mais, não será nenhuma novidade o Brasil aderindo a uma convenção da Europa. O Presidente Lula, recentemente, assinou, em 2023, a adesão à Convenção da Europa sobre crimes cibernéticos. É importante também sensibilizar o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), para implementar no Brasil o Programa Global de Salvaguarda do Esporte contra a Corrupção e o Crime, que foi criado em 2017.

O Escritório do UNODC no Brasil tem atualmente 15 programas, mas nenhuma iniciativa dedicada a um enfrentamento da manipulação de resultados, que é um problema global e precisa ser combatida com cooperação internacional e união do poder público com agentes esportivos e a iniciativa privada. A CBF vem trabalhando no combate à manipulação de resultados em cooperação inédita e histórica com a FIFA e a Conmebol. E é bom que se diga: hoje a CBF é a única associação nacional, das 211 filiadas à FIFA, que tem um escritório de projetos permanente, na própria FIFA, mantendo o diálogo permanente e acompanhando estratégicamente tudo o que acontece no mundo do futebol, em primeira mão.

Já temos mais de cem iniciativas em desenvolvimento para reconstrução, modernização e profissionalização do futebol brasileiro. Somos referência para o mundo inteiro, inclusive e principalmente, no combate à manipulação de resultados. Posso dizer, sem medo de errar – e vou mostrar em detalhes aqui na minha apresentação –, que, desde o início do meu trabalho e a criação da Unidade de Integridade, a CBF tem sido referência no combate à manipulação de resultados, e a manipulação de resultados é problema bem antigo. Com a internet e plataforma de apostas internacionais, esse problema obviamente se agravou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1982, a revista *Placar* denunciou a máfia da loteria esportiva com manipulação de resultados no futebol brasileiro. Cento e vinte pessoas foram indiciadas; porém, com fundamento na falta de tipos penais específicos, não houve avanço nas investigações. A Justiça Desportiva, no entanto, atuou e puniu.

Em 2005, a revista *Veja* denunciou a máfia do apito. A Justiça Desportiva novamente tomou medidas eficazes, inclusive banindo os árbitros Edílson Pereira de Carvalho e Paulo José Danelon. A ação penal na Justiça comum, naquela época, foi trancada, novamente com o fundamento de não haver lei pra enquadrar a conduta.

Agora, nos escândalos atuais, novamente a CBF está enviando relatórios, prestando informações para a Justiça Desportiva e para as autoridades públicas, e, diferentemente dos anos anteriores, temos hoje leis que disciplinam o tema. Portanto, medidas efetivas vêm sendo tomadas por todos, inclusive a CBF solicitou à FIFA, e foi prontamente atendida, que todas as penalidades aplicadas no Brasil tenham efeitos internacionais. Aproveito pra protocolar aqui, pessoalmente, nesta CPI, uma série de decisões que ilustram bem isso.

Isso aqui é um fato muito importante. Recentemente, no treinamento da Unidade de Integridade do Futebol Brasileiro, na sede da FIFA, em Zurique, fevereiro deste ano, o Diretor da FIFA Carlos Schneider destacou em sua fala que o Brasil atualmente é o país que mais tem aplicado punições esportivas à manipulação de resultados no mundo inteiro.

A CBF também está em sessão permanente com o Ministério do Esporte e com o Ministério da Justiça, que nomeou um delegado da Polícia Federal como ponto focal pra tratar do combate à manipulação de resultados. Há um protocolo de cooperação entre a CBF e a Polícia Federal a todo e qualquer tipo de manipulação de eventos relacionados ao futebol brasileiro. A Polícia Federal é copiada em todos os ofícios da Unidade de Integridade do Futebol Brasileiro, reportando casos suspeitos.

Vou mostrar uma apresentação com resumo do que a CBF vem fazendo, incluindo todo o planejamento construído junto com a FIFA e a Conmebol. Se trata do maior investimento no mundo no combate à manipulação de resultados, com destaque para a implementação imediata de uma plataforma educacional em parceria com a FIFA e o Centro Internacional de Segurança do Esporte (ICSS). O objetivo é formar mais de mil oficiais de integridade em todo o ecossistema do futebol brasileiro, incluindo federações, clubes, atletas, treinadores, árbitros, auxiliares. O investimento previsto, nos próximos dois anos, senhoras e senhores, são R\$14 milhões, sendo R\$3 milhões da FIFA, R\$4 milhões do ICSS e R\$7 milhões por parte da CBF. Este programa está sendo preparado com envolvimento de instituições como o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Organização das Nações Unidas, desculpa, a Academia Internacional Anticorrupção, o Instituto Inter-regional de Pesquisas das Nações Unidas para o Crime, o Conselho da Europa, a Interpol e a agência de treinamento da ONU.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CBF também está trabalhando em cooperação com o Comitê Olímpico do Brasil, dentro da Parceria Internacional contra a Corrupção no Esporte, conhecido como IPACS, que foi lançada no Fórum Internacional para a Integridade do Esporte do Comitê Olímpico Internacional em fevereiro de 2017. É uma plataforma para reunir organizações esportivas internacionais, governos, organizações intergovernamentais e outras partes interessadas relevantes para fortalecer e apoiar os esforços para eliminar a corrupção e promover uma cultura de boa governança dentro e ao redor do esporte.

Esse problema da manipulação de resultados exige uma resposta eficaz, ágil e coordenada entre as autoridades públicas e entidades desportivas. A aquisição de conhecimento, a legislação apropriada, o suporte técnico e o acesso a mecanismos de cooperação internacional são apenas os passos iniciais deste amplo ecossistema que estamos construindo.

Eu queria, então, neste momento, pedir que colocassem a apresentação para eu poder abordar em mais específico os temas sobre o combate à manipulação de resultados por parte da CBF.

Pode passar o eslaide, por favor?

Bom, neste eslaide aqui, eu queria demonstrar que, até o ano de 2021, a CBF não tinha um contrato específico de monitoramento. O que a CBF tinha, até 2021, era um convênio através da FIFA e Conmebol, onde algo em torno de mil partidas eram monitoradas nesse contrato guarda-chuva da FIFA e Conmebol para com a CBF. Não havia, nesse momento, senhoras e senhores, nenhum monitoramento em campeonatos estaduais, não tinha também qualquer registro ou informação dos processos internos e não tinha registro de medidas adotadas.

A partir de 2022... Eu faço um parêntese aqui, Excelência. Eu entro na CBF em abril de 2022, logo em seguida à confirmação do Presidente Ednaldo como Presidente da CBF, e, a partir daí, a gente começa a tomar uma série de medidas no combate à manipulação de resultados. Então, inicia-se, nesse momento, um trabalho em conjunto com a FIFA e a Conmebol, a gente cria, no ano passado, em novembro, a Unidade de Integridade do Futebol Brasileiro. A CBF faz um contrato específico de monitoramento, na verdade ela renova esse contrato que não tinha sido assinado nos últimos dois anos, de 2020 e 2021, e, com isso, a gente começa a monitorar campeonatos nacionais, monitorando todos os 27 campeonatos estaduais da primeira divisão, passamos a criar, nós criamos, a CBF criou um banco de dados específico onde algo em torno de mais de 5 mil jogos são monitorados por ano. São...

Por favor, pode voltar o eslaide?

São mais de 5 mil jogos monitorados por ano, mais de 45 campeonatos monitorados por ano, um aumento de 327% no monitoramento de jogos, um aumento de 633% de campeonatos monitorados, ou seja, nesse momento, são mais de 200 casos suspeitos ou denúncias que foram enviados para federações – obrigado, obrigado –, para federações, para o STJD, TJD, Comissão de Ética, Ministério Público, Polícia Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fizemos também uma revisão ampla do Regulamento Geral de Competições, criando novas regras, atribuindo a importância, em rigor, à integridade, em sanções administrativas, independentemente de outras já existentes na legislação, assim como aperfeiçoando um alinhamento nos protocolos ou no contato com as entidades, sejam elas públicas ou privadas, no combate à manipulação de resultados.

Próximo eslaide, por favor.

Então, aqui é apenas uma linha do tempo para elucidar isso. O nosso provedor de serviços, que monitora casos suspeitos de manipulação de resultados é a Sportradair.

Na primeira linha, ali, eu demonstro o contrato da Fifa e da Conmebol com a Sportradair, cobrindo o brasileiro Série A, Série B, a Copa do Brasil, o Brasileiro Feminino A1. Esse contrato vem desde 2018 e perdura até os dias de hoje.

E embaixo eu demonstro aos senhores que, nos anos de 2018 e 2019, havia um contrato da CBF com A Sportradair, mas apenas contemplava poucos jogos, jogos esses das Séries C e D. E esse contrato específico, por algum motivo que eu desconheço – não estava na casa –, não foi renovado nos anos da pandemia, principalmente em 20 e 21. Mas, já em 2022, sob uma nova gestão, esse contrato é renovado, passa a ser assinado novamente, e o escopo dele é consideravelmente ampliado, cobrindo jogos de campeonatos nacionais, estaduais, da Série A, de acesso, além de estaduais de base, enfim, um monitoramento muito mais amplo das competições do futebol brasileiro.

Próximo eslaide, por favor.

Opa, perdão, vou pegar aqui. Desculpa.

Aqui é uma tabela que mostra a evolução desses jogos monitorados, retratando... está em conexão com o eslaide anterior.

Desculpa, mais uma vez.

Nós temos aí, em 2018, 2019, 2020, 2021, algo em torno de mil partidas que estavam sendo monitoradas e, a partir de 2022, nós temos um aumento considerável de partidas sendo monitoradas no que tange à CBF. Então, só estou aqui elucidando de novo: 327% de aumento de jogos monitorados e um aumento de 633% de campeonatos monitorados, obviamente são números já atualizados.

(Soa a campainha.)

O SR. JULIO AVELLAR – Próximo eslaide, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sr. Julio, o senhor pode concluir, sem problema nenhum. Só para o senhor saber a democracia desta CPI, o Senador tem direito a dez minutos para perguntas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIO AVELLAR – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, eu lhe dou mais cinco minutos. Pode ser?

O SR. JULIO AVELLAR – Pode ser, eu concluirá em cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado.

O SR. JULIO AVELLAR – Então, esse eslaide aqui demonstra um pouco mais sobre o processo que é adotado pela CBF no manuseio, no envio desses relatórios.

Basicamente, a gente recebe esses relatórios do nosso parceiro, a Sportradar. Esses relatórios são ou de competições nacionais ou de competições estaduais. O processo é similar, mas com algumas pequenas diferenças. Os relatórios que são de competições nacionais são enviados ao STJD e à Comissão de Ética da CBF e os relatórios que são de competições estaduais são enviados não somente ao STJD e à Comissão de Ética, mas adicionam-se o TJD local e a federação local.

A novidade que nós temos, a partir do ano passado, após o mês de outubro, é que a Polícia Federal passou a integrar integralmente esse processo. E a Polícia Federal recebe todos os relatórios que nós recebemos, seja da Sportradar ou até possivelmente da FIFA. É um monitoramento diário de jogos. A gente dá todo o suporte a federações – e temos essa integração completa com a Polícia Federal – e a gente dá suporte ao STJD e ao Ministério Público nas suas diligências.

Próximo eslaide, por favor.

Volta um, por favor.

Esse eslaide é o que eu considero o mais importante da minha apresentação. Aqui eu trago alguns dados quantitativos.

Os senhores podem perceber que, no ano de 2022, a gente teve – e aí eu já menciono o relatório da Sportradar – um total de 153 jogos que foram tidos como casos suspeitos no ano de 2022, dos quais 139 eram de futebol. Então, eu trago para cá esses 139. E vocês podem perceber a dispersão desses relatórios por categoria de competição. E, já no ano de 2023, o relatório da Sportradar traz o número de 109. Pelos dados da CBF são, na verdade, 110. Nós temos um relatório que nos foi enviado diretamente da FIFA e ele aponta uma redução de casos suspeitos. E, neste ano, até o presente momento... Isso já mostrando aqui uma tendência, neste momento – o ano ainda não acabou –, de declínio em casos suspeitos. Até o momento, nós temos 15 casos reportados como casos suspeitos de manipulação.

Sem entrar em maiores detalhes, mas isso já também refletido no relatório da Sportradar, dos 109 casos que nós recebemos no relatório da Sportradar, 15 eram de competições CBF; os demais são de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competições estaduais. Por quê? Porque, obviamente, os casos suspeitos ou a tentativa de cooptação de agentes para possivelmente fraudar uma partida de futebol se dão na parte de baixo da pirâmide, onde há um poder aquisitivo menor.

Mas é importante ressaltar que nós estamos, neste momento, vendo uma tendência de declínio em casos reportados como suspeitos. E, para o mês de agora de 2024, nós não recebemos nenhum sequer caso suspeito reportado.

E aqui eu até posso olhar algumas linhas em específico nessa tabela, por exemplo, em estaduais de Série A – se não me engano, tem dois ou três ainda em andamento, mas já em fase de finalização. E os senhores podem perceber que, em 2022, em estaduais da Série A, nós tivemos 32 casos; em 2023, passou para 26; e, neste ano, nós temos algo em torno de 11, pelo menos, reportados. Na Copa São Paulo de Juniores, em que, em 2022, tivemos dois casos como suspeitos e seis em 2023, uma copa que já terminou, nós não tivemos nenhum caso reportado, ou seja, mostrando que estamos vendo um declínio de casos suspeitos.

Mas isso também não quer dizer que o trabalho para por aqui. O trabalho é um trabalho contínuo. E, obviamente, esse resultado não é só em cima...

(Soa a campainha.)

O SR. JULIO AVELLAR – ... de ações que a CBF tomou, e sim ações em que todos os senhores aqui têm obviamente trabalhado, seja através da Lei Geral, ou de estar aqui presente nesta CPI, ou até da internacionalização das penas por parte da FIFA... Ou seja, esse assunto da manipulação de resultados hoje tem um enfoque muito maior.

Próximo eslaide, por favor, rapidamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JULIO AVELLAR – Trinta e cinco segundos... Tudo bem.

Aqui é só pra mostrar rapidamente que a gente constantemente atualiza o Regulamento Geral de Competições, tá? Ele tinha artigos simples, ao meu ver, no passado, e a gente foi renovando ele em 2022, em 2023, em 2024.

Pode passar.

Pode passar.

E todas as penas da FIFA – todas as penas internacionalizadas – não são passíveis de serem suspensas ou convertidas: uma vez internacionalizadas as penas de manipulação de resultados, elas permanecem.

Então, do banco de dados eu já falei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só passa para o último eslaide, por favor? Só para terminar. Peço licença.

Pode passar para o último eslaide diretamente.

Pode passar.

Passa mais um.

Para aqui, por favor. Não, não; volta.

Este aqui é um eslaide que eu tive a oportunidade de apresentar no ano passado. Ele demonstrava uma série de iniciativas que a CBF estava em curso de tomar – ou ainda estão em curso de ser adotadas. Onde eu tenho o verdinho checado, são avanços que nós obtivemos após a minha última presença na CPI da Câmara dos Deputados. Então, nesse meio tempo, a CBF teve a oportunidade de criar a Unidade de Integridade – hoje o Dr. Gussem vai poder dirimir um pouco mais sobre essa criação – e uma série de outras parcerias estratégicas, sendo elas com o ICSS, que é a referência mundial em segurança do esporte – convênio este assinado. O Dr. Gussem vai poder elaborar um pouco mais. Mesma coisa com a SIGA, que adota padrões universais de certificação internacional. E nós temos uma série de outras iniciativas que estão em curso, lideradas pela Unidade de Integridade. E tudo isso, senhoras e senhores, que nós temos feito aqui, feito até esse momento... Em todo momento nós temos sido apoiados pela FIFA, pela Conmebol, com reconhecimento internacional através de postagens, etc. E nós, senhoras e senhores, trabalhamos para colocar a CBF na liderança global do combate à manipulação de resultados.

Eu queria agradecer aqui pelo tempo. Agradeço pela extensão e me coloco à disposição para quaisquer perguntas. E, se quiser, obviamente, essa apresentação – assim como os documentos que eu mencionei na minha apresentação –, eu a entregarei aqui à Secretaria. E, obviamente, a CBF está aqui para contribuir de toda forma possível com o combate à manipulação de resultados e com os andamentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço. Perfeito, Sr. Julio Avellar, Diretor de Competições da Confederação Brasileira de Futebol.

Evidente que iria fazer esse pedido para que o senhor deixe aqui em nossas mãos, para todos os membros desta CPI de Manipulação de Jogos de Futebol e casas Esportivas, e também a toda a imprensa brasileira – à qual eu me dirijo para dizer que todo o relatório dos 139 jogos já foi entregue às nossas mãos, aqui na CPI, e está à disposição de quem da imprensa esportiva brasileira – ou qualquer outro segmento – desejar.

Bem, só duas rápidas observações. A primeira... Aliás, uma só. A primeira, por uma questão de justiça e de dar crédito – porque eu não tinha conhecimento – para quem enviou o vídeo ontem, domingo,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na hora do almoço, para mim. Eu até conversava por telefone com o Dr. Hiran Gonçalves, Senador e integrante desta CPI, com muita honra – que vai tratar da minha visão amanhã; ele, com seu timaço, no Hospital dos Olhos aqui de Brasília –, e, de repente, chega até mim o vídeo da entrevista do técnico do Grêmio, Renato Gaúcho. Então, por justiça, para dar o crédito ao qualificadoíssimo Senador do Rio de Janeiro Carlos Portinho, quando formos tratar dessa entrevista, que ele tenha, por gentileza, o direito de ser o primeiro a comentá-la, sobre a gravidade ou não da mesma.

Agora, a hora mais esperada da CPI: este homem público, depois de sua história irretocável nos gramados, também na vida pública, o Senador Romário, Relator, que, evidentemente, não tem tempo estabelecido para as perguntas.

Lembrando que, esta semana, por decisão do Senado Federal, o trabalho pode ser feito presencialmente ou remotamente.

Senador Romário, com seus compromissos, mas à disposição da CPI, remotamente.

Por favor, irmão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, irmão Kajuru, Presidente desta Comissão. Boa tarde aos Senadores que estão participando, Senador Hiran, Senador Girão, Senador Portinho, e a todos aqueles também que estão nos vendo.

Primeiro, quero dizer que é sempre uma honra poder ser presidido por você, Kajuru, meu irmão, um cara sério, íntegro e que realmente tem dado uma cara bem diferente para esta CPI, em que, diferentemente de outras que teve no Congresso, eu tenho certeza que a gente vai ter um grande resultado.

Quero parabenizar a presença do Sr. Eduardo Gussem, Oficial de Integridade da CBF; e do Sr. Julio Avellar – que acabou de fazer uma apresentação muito boa, bem simples e objetiva –, Diretor de Competições da CBF.

E quero aproveitar para mandar um abraço para o nosso Presidente Ednaldo, também da CBF.

Bem, para eu não me estender muito, eu vou diretamente aqui às perguntas.

Eu queria só fazer uma pergunta a você, meu irmão Kajuru: eu posso ir fazendo pergunta e os nossos convidados irem respondendo? Porque, na verdade, eu tenho aqui apenas quatro perguntas, duas para cada um. Como é que vai funcionar hoje esse momento?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Como seu aprendiz, eu prefiro pinguê-pongue: a sua pergunta e a resposta.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Ótimo, muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos começar aqui com uma pergunta para o Sr. Julio Avellar.

O Sr. John Textor, em depoimento a esta CPI, mencionou análises de vídeo feitas pela empresa Good Game!, utilizando tecnologia da inteligência artificial para identificar suspeitas de manipulação de resultados. Por outro lado, temos a tecnologia do VAR, que é utilizada para analisar lances duvidosos sob o ponto de vista de regras do futebol. O senhor, como responsável pela operação de grandes competições esportivas, entende que o VAR também poderia auxiliar na identificação de suspeitas de manipulação? Como o senhor avalia essa situação, essas análises de vídeo com esse objetivo?

Essa é a primeira pergunta que eu faço para o Sr. Julio Avellar.

O SR. JULIO AVELLAR (Para expor.) – Obrigado a V. Exa. pela pergunta.

A CBF utiliza hoje a metodologia que é amplamente utilizada em todo o mundo que é... que são, na verdade, a metodologia de avaliação de desvio padrão em apostas. Então, essa é a metodologia que Sportradar utiliza, que é referência mundial, adotada pela FIFA, pela Conmebol, pelas mais variadas entidades desportivas mundo afora.

Eu entendo que o uso da inteligência artificial como ferramenta pode até ser uma metodologia a ser utilizada no futuro, mas eu desconheço algum outro campeonato que utilize essa ferramenta; mas obviamente que, se o VAR ou imagens do VAR possam vir a ser utilizadas no futuro como um recurso para analisar a possível manipulação de resultado, eu acho que isso daí o tempo vai dizer, mas eu desconheço também qualquer metodologia que use as imagens do VAR com essa finalidade. E, de toda forma, obviamente, acho que a CBF está disposta a utilizar qualquer ferramenta que seja referência no mundo para o combate à manipulação de resultados. O que tiver disponível de melhor, com métricas aprovadas mundialmente por órgãos reconhecidos, a CBF não deixará de utilizar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem. Muito obrigado pela pergunta.

O Sr. Eduardo Gussem vai fazer alguma explanação ou eu já posso fazer alguma pergunta para ele, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode fazer a pergunta, Relator Romário, e...

Pois não.

O SR. EDUARDO GUSSEM (*Fora do microfone.*) – Desculpe interromper.

Eu vou fazer uma pequena explanação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, a decisão é minha e evidentemente eu vou permitir isso. Se eu permiti a ele, não vou permitir ao senhor? Aí o senhor teria o Kajuru como seu inimigo, e não sou. (*Risos.*)

Então, o Relator Romário faz a pergunta... Eu só quero que o senhor anote por fineza, porque aí, na sua vez, como ele é o primeiro a questionar, o senhor responde.

Pode ser assim?

O SR. EDUARDO GUSSEM (*Fora do microfone.*) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Relator Romário, por fineza, faça a sua pergunta, a sua indagação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito bem, Sr. Eduardo Gussem, Oficial de Integridade da CBF, a minha pergunta para o senhor é a seguinte: a CBF está desenvolvendo o passaporte do jogador, uma forma de monitorar as transferências de atletas que já estiveram envolvidos em suspeita de manipulação, de forma a impedir novas tentativas. A CBF já identificou algum atleta nessa situação? Alguma ação foi tomada em relação a esses atletas? A CBF planeja implementar alguma regra para impedir que atletas aliciados por organizações criminosas tenham livre trânsito nos campeonatos organizados pela CBF?

O SR. EDUARDO GUSSEM – Exmo. Presidente dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Jorge Kajuru...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GUSSEM – Falo de uma vez?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Pode falar.

O SR. EDUARDO GUSSEM (Para expor.) – É uma satisfação estar aqui nessa sessão, no dia de hoje, sob a Presidência de V. Exa.

Exmo. Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Romário, muito obrigado pela pergunta.

Com relação ao passaporte, é um instrumento novo. A CBF recentemente, no ano passado, firmou um convênio com o Ministro Flávio Dino, quando estava ainda à frente do Ministério da Justiça; firmou convênio também, a partir daí, com a Polícia Federal. E, nesse contexto, passamos a desenvolver esse Passaporte do Atleta, que é um documento sigiloso, em que a CBF estabelece essa relação com as autoridades públicas, cabendo a elas conduzir essa investigação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse contexto, Presidente Kajuru, a CBF, o setor da Unidade de Integridade da CBF analisa sempre o conjunto probatório, não analisa fatos isolados. E, dentro desse conjunto probatório, ele encaminha esse material, todo o material que chega, em tempo real, a essas autoridades, que vão definir como vão conduzir essas investigações.

Eu quero deixar claro que as investigações competem às autoridades públicas. E o sistema penal brasileiro é muito claro: tem um órgão investigativo; um órgão acusador, que é o Ministério Público, e que pugna pela boa aplicação da lei; e um órgão julgador. São essas instituições que vão analisar e definir qual o tipo de prova vale, qual o tipo de prova é relevante para instruir uma investigação e para instruir posteriormente possíveis ações penais.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Dentro dessa pergunta que eu fiz ao senhor, Sr. Eduardo, já teve alguma situação de um jogador brasileiro ter sido suspenso pela CBF e ter jogado em outros países?

Se sim, quais foram esses jogadores ou qual foi?

O SR. EDUARDO GUSSEM – Sim, já ocorreram alguns casos.

E podemos inclusive, sigilosamente, encaminhar todos à Presidência, como vamos encaminhar inúmeros outros materiais quando terminar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por favor.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Agora a pergunta vai para o Sr. Julio Avellar. Já que é pingue-pongue, um de cada vez.

No último sábado, ocorreu um episódio no jogo entre Bahia e Grêmio, na Arena Fonte Nova, em que o time gaúcho... Fato esse que o meu amigo-irmão, Presidente da CPI, passou inclusive o vídeo aí.

O Renato Gaúcho alega que uma pessoa externa ao jogo teria influenciado o árbitro na expulsão do atleta do banco do Grêmio. Essa pessoa consta hoje na súmula como delegado de partida.

O senhor, como Diretor de Competições, poderia explicar como se dá esse controle de quem fica à beira do campo e de como é feito esse credenciamento? Há a possibilidade de interferência externa de agentes não credenciados à beira do campo?

O Sr. Julio Avellar, por favor.

O SR. JULIO AVELLAR – Obrigado a V. Exa. pela pergunta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pessoa em questão estava trabalhando como delegado de partida. Ao que me consta, não houve qualquer interferência externa. Inclusive a CBF recentemente até divulgou os áudios do VAR que mostram que o quarto árbitro, imediatamente após a ofensa verbal, comunica ao árbitro da partida o ocorrido.

Então, eu desconheço qualquer interferência externa relacionada a esse delegado de partida, que estava dentro das suas atribuições normais, no posicionamento correto, devidamente credenciado para trabalhar à beira do campo.

Continuando na resposta à sua pergunta, o controle do credenciamento é feito em todas as partidas pelas federações locais, federações locais essas que trabalham como a CBF ou como braço da CBF na organização de qualquer partida de futebol no país.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Só uma curiosidade, Sr. Julio: esse quarto delegado do jogo pode interferir na expulsão de algum jogador, assim como disse o Renato Gaúcho, nesse momento?

O SR. JULIO AVELLAR – De forma alguma.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Se ele interferiu, ele pode fazê-lo?

O SR. JULIO AVELLAR – De forma alguma. Não há interferência externa. Ele não pode interferir. Ao que me consta, não houve interferência.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – O.k. Muito obrigado.

Agora, a última para o Sr. Eduardo Gussem.

Sobre o relatório de monitoramento produzido pela empresa Sportradar, entendemos que alguns são disponibilizados à CBF através de um contrato guarda-chuva com a FIFA e que outros são relativos a um contrato direto com a CBF e com a Sportradar.

O senhor poderia esclarecer quais campeonatos são cobertos por qual contrato e se os relatórios produzidos têm grau de detalhamento diferente em casos de discrepância?

Por que a CBF não alinhou até hoje para que todas as partidas e os campeonatos analisados tivessem o mesmo rigor de detalhamento?

O SR. EDUARDO GUSSEM – Senador Romário, existem diferentes graus de monitoramento.

Nós acompanhamos isso tudo, como eu disse anteriormente – vou fazer chegar às mãos de V. Exa. –, em tempo e hora, através de acordos de cooperação ainda, porque o nosso objetivo é ampliar esses



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordos de cooperação, transformando-os em convênios com o Ministério da Justiça, com a Polícia Federal e com o Ministério Público, através do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais.

Então, todos os órgãos que detêm atribuição de fiscalização vão estar integrados com o Ministério Público, com a Confederação Brasileira de Futebol, recebendo essas informações através do passaporte.

Nesse sentido, eu vou destacar aqui, ia falar anteriormente na minha fala, mas eu acho que é oportuno dizer que, para nós do futebol brasileiro, para o futebol mundial, é muito importante aderir à Convenção de Macolin, que cria critério efetivos para coibir práticas de manipulações de jogos.

Eu acho, Presidente Kajuru, que, se nós sairmos desta Comissão de Inquérito com alguns avanços, e talvez esse seja o principal avanço, será um grande passo para a moralização do futebol brasileiro.

Nós nunca vamos poder dizer que não vai haver mais nenhuma situação de manipulação, mas nós estaremos inseridos num contexto mundial. E isso, para o futebol, para a cultura brasileira, é muito importante. Trará segurança e trará higidez.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Eduardo Gussem.

Presidente irmão Kajuru, sinto-me contemplado aqui com essas perguntas e com essas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A CPI da manipulação de resultados de futebol e casas esportivas também se sente contemplada, como sempre, no embasamento de seus questionamentos, Senador e Relator, que vai fazer história nesta CPI, sem dúvida alguma, Romário Faria. E sei de seus compromissos aí no Rio de Janeiro.

Queria, respeitosamente, convidar o Sr. José Eduardo Gussem, Oficial de Integridade da Confederação Brasileira de Futebol, uma unidade criada, inclusive, em dezembro de 2023, para que ficasse aqui na mesa. Caso tenha uma outra pergunta para o senhor, a visibilidade é melhor daqui e terá, evidentemente, o seu tempo para sua explanação.

Bom, tenho sido chamado de Presidente das compreensões, dos pedidos e, graças a Deus, sempre atendido – não é, Dr. Hiran? E agora vou pedir mais uma. Como o querido amigo está fora do país e participando, ele nunca fica ausente, o Senador Eduardo Girão – e ele teve o direito, no início da sua palavra –, a gente precisa dar crédito e ser justo a quem forneceu a mim essa entrevista do técnico Renato Gaúcho, não para perguntar, fique à vontade, mas para um próprio comentário seu, se ele considerou grave ou não o que falou o Renato Gaúcho depois do jogo Bahia, 1; Grêmio, 0.

Então, peço a compreensão do Girão. Pela inscrição, o próximo a perguntar, seria eu, mas eu cedi a ele em função das obrigações que ele tem lá, prazerosamente, como ele sempre faz comigo também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, peço só que a gente ouça primeiro, neste momento, o Senador do Rio de Janeiro Carlos Portinho, com a sua qualificação e com a sua importância nesta CPI.

Pois não, meu amigo, Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, meu colega Presidente Kajuru.

Muito obrigado pela presença, nossos representantes da CBF.

Os interesses são comuns, é óbvio, todos nós queremos preservar a integridade do esporte. O primeiro ponto em que você já contribui com esta CPI é a respeito da Convenção de Macolin. Tenho certeza de que o Senador Romário e o Senador Kajuru, todos nós aqui, Senador Hiran, Girão, vamos dar a nossa contribuição porque, se é uma convenção internacional, ela precisa passar pelo Senado Federal. E nós aqui esperamos que não aconteça como aconteceu com a Lei Antidopagem, com o Código Antidopagem, que ficou durante dez anos dormitando na Presidência da República até que foi, finalmente, encaminhado ao Senado Federal e ao Congresso, e com isso foi internalizado, com a sua aprovação.

Sem dúvida, é fundamental que a Convenção de Macolin deve... Imagino, vou ler com cuidado, mas imagino que deve trazer normas gerais a respeito do combate, da integridade dos resultados esportivos, e é de suma importância.

Quero aqui fazer uma cronologia do que aconteceu na Europa, em 2009. Eu estava lá, voltando até do julgamento na Corte Arbitral do Esporte, quando estourou um dos maiores casos de manipulação de resultados que envolveu, inclusive, o campeonato da UEFA. A partir daí, todos os países interessados e suas confederações buscaram assinar e formular protocolos para a preservação da integridade.

A Polícia Federal ou o seu similar em cada um dos países passa a ter um grupo tático especializado. Aqui, o Ministério Público é quem oferece as denúncias, aliás trabalhou muito bem no caso em Goiás, é bom que se diga.

Não fosse o Ministério Público, talvez, não teria sido revelado aquele caso, com todas as punições que trouxe, mas é importante a par de convenções internacionais, de acordos de cooperação com FIFA, com Unesco. Tudo isso é muito importante, mas a vida real, aqui no nosso país, tem andado numa velocidade – parece-me – um pouco mais rápida, a partir da aprovação da lei das apostas. E os 109 casos que traz a Sportradar – o alerta a esses casos – e mais outros 3 ou 4 casos que trazem as denúncias do Sr. John Textor são de suma importância e não poderiam nunca, nunca ser desprezados, porque, quando a gente ataca o mensageiro, o sinal para fora é de que estamos inibindo outras denúncias.

Dito isso, passo às minhas perguntas de forma objetiva: esse contrato de monitoramento com quem foi firmado? Qual o valor desses contratos? E eu tenho uma notícia, por ser do Rio de Janeiro, de que a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federação de Futebol do Rio foi quem primeiro implementou um contrato junto a Sportradar para o monitoramento.

E a minha última pergunta em cima desse tema é a abrangência do contrato da federação do Rio – aliás, a abrangência do contrato da CBF –: é a mesma abrangência, é o mesmo valor, é o contrato que tem mais ações dentro de vários pacotes? Porque é como um plano de saúde, em que você tem o ambulatorial e tem a internação. Eu quero saber qual é o grau desse contrato, comparado, inclusive, com o contrato da Federação do Futebol do Rio de Janeiro, que foi pioneira – diga-se – nesse tipo de monitoramento.

Então, com quem foi, com quem são os contratos que a CBF tem? Eu sei que serão reportados. Quais os valores dele? E isso importa para a gente entender se são benéficas as apostas, porque o que está me parecendo é que a gente vai gastar mais dinheiro para monitorar do que tem a receber.

E, por fim, qual é o grau desse contrato feito com a Sportradar, se está no mesmo patamar do contrato feito pela federação ou se as informações que ele reporta à CBF são mais concisas, são menores? E qual é a relação entre esses contratos?

A segunda pergunta... Este é o primeiro bloco.

No segundo bloco de perguntas, eu gostaria de saber quais são os canais de denúncias que a CBF tem hoje. Eu sou um cidadão comum e tenho uma informação e quero fazer uma denúncia à CBF. Qual é o canal que foi implementado?

Dentro desse mesmo segundo bloco de perguntas, que eu peço anotarem, eu gostaria de saber se há acordo antes do início do campeonato. É lógico que eu sei, está lá no regulamento geral, foi muito bom colocar, não é? Mas há um documento de *compliance*, de respeito à integridade, que seja firmado não só pela família futebol – atletas, árbitros, clubes, a própria CBF –, mas também pelas casas de aposta?

E a terceira pergunta é: dentro desses 109 jogos, por exemplo, que foram relatados – alertados – pela Sportradar, o que fazem as casas de aposta? Elas estão trabalhando em conjunto com a CBF? Elas são consultadas? Elas encaminham informes? Há um protocolo assinado com as casas de aposta ou esse protocolo ainda não se consumou?

E, por fim, eu gostaria de saber do Sr. Julio Avellar se ele soube das denúncias do Textor, se o Sr. Textor ou procurou para conversar a respeito dessas denúncias, se ele foi recebido e se a CBF tem interesse ou não nessas denúncias, ou se ela só trata das denúncias do Sportradar.

Isso tem a ver também com a minha pergunta sobre se há um canal de denúncias para que pessoas possam encaminhar denúncias no caso de terem conhecimento de indícios – não trato como prova –, de indícios de manipulação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, não é uma pergunta. Apenas para que todos fiquem na mesma linha, inclusive quem nos assiste: quero deixar bem claro, há o erro; há o erro para a manipulação; há o erro para a manipulação que diz respeito a apostas; e há o erro para a manipulação que diz respeito a outras questões. Quero lembrar que, antes da lei das apostas, já houve casos de manipulação – a máfia do apito é um, eu trabalhei em dois –, cuja prova é muito difícil, mas, no meu sentimento, de que houve no STJD; mas a gente sabe que tanto o STJD quanto os advogados têm limitações, por isso esses casos todos devem ser encaminhados ao Ministério Público.

E, para aproveitar a minha última pergunta, saber se a Procuradoria do STJD faz o acompanhamento, se ela tem algum acordo de cooperação para acompanhar o andamento desses casos reportados ao Ministério Público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sr. Julio Avellar.

O SR. JULIO AVELLAR (Para expor.) – Alô.

Primeiramente, acho que tem algumas perguntas que talvez o Gussem possa complementar, até porque são até mais da esfera dele, mas eu vou tentar responder todas aqui da melhor forma possível.

Existe um contrato guarda-chuva da FIFA – FIFA e Conmebol – com a Sportradar, contrato esse que contempla a CBF. Se não me falha a memória, esse contrato – obviamente, eu não tenho acesso a esse contrato, a CBF não tem acesso – é um contrato exclusivamente dessas organizações com a Sportradar. Não tenho como dividir maiores comentários.

O contrato adicional da CBF, assinado no ano de 2022, eu não me recordo aqui o valor, mas acho que não há nenhum problema em dividir esse contrato, uma vez solicitado por esta CPI. Ao que me consta, esse contrato é vigente até o final deste ano, e obviamente a gente trabalha numa renovação desse contrato.

Sobre o contrato que a Good Game! tenha com a federação do Rio, eu desconheço. É um contrato direto entre as duas partes, eu não tenho como tecer qualquer comentário.

Quais são os canais de denúncia? A Unidade de Integridade tem um *e-mail* próprio: unidadeintegridade@cbf.com.br. Além disso, a CBF tem outros *e-mails* genéricos que podem ser, obviamente, acessados a qualquer momento, seja um *e-mail* de contato geral da CBF, seja também um outro, se alguém quiser fazer algum contato.

Se há algum documento de *compliance* com atletas e casas de aposta: não há um documento, mas, como V. Exa. já antecipou na resposta, há um regulamento geral de competições e nele existem artigos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específicos, artigos esses que eu até transcrevi parte deles: o art. 65 rege sobre o tema; se não me falha a memória, o art. 114 também fala um pouco mais sobre a lei geral e sobre apostas.

Se as casas de apostas fazem alguma coisa para contribuir quanto a isso. A nossa relação não é diretamente com as casas de apostas, que fique claro isso. A nossa relação é com os provedores que estão monitorando esse mercado de apostas, empresas essas que são referências mundialmente, no caso a Sportradar, e, através da FIFA, ela também tem outros parceiros que podem detectar jogos suspeitos e nos informar. Alguns desses parceiros são na verdade associações de casas de apostas que monitoram o mercado de apostas esportivas e relatam qualquer inconsistência no mercado de apostas pra que possa ser aferido pela CBF.

Sobre a pergunta quanto a se o John Textor me procurou pessoalmente sobre esse caso de manipulação avaliado pela Good Game!, não me procurou diretamente. Mas eu aproveito aqui para ressaltar que isso pode até ser perguntado para o Botafogo, eu sou a pessoa mais acessível do mundo, atendo a todos os clubes, atendo a todas as federações. A CBF está sempre aberta a receber qualquer filiado.

E, por último, quanto à Procuradoria do STJD, se ela acompanha os casos junto ao Ministério Público, eu não sei lhe informar, não sei dos procedimentos, obviamente, do STJD no acompanhamento desses casos junto ao Ministério Público.

Eu passo a bola pro Sr. Gussem porque eu acho que ele pode complementar algumas questões aqui perguntadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fique à vontade, Sr. José Eduardo Gussem.

O SR. EDUARDO GUSSEM (Para expor.) – Bom, primeiro, quero me dirigir ao Senador Carlos Portinho, por quem eu tenho um grande respeito, uma grande admiração, acompanho a trajetória dele e nos representa muito bem no Parlamento.

Esse aspecto ligado ao registro feito, ao canal de denúncia e à tramitação dessas investigações, elas começam formalmente, como prevê inclusive o Código Penal do Processo Penal Brasileiro, através de uma notícia-crime... Uma notícia-crime em que, no caso presente, o CEO da SAF Botafogo formaliza os fatos às autoridades, e as autoridades, a partir dali, começam a adotar as medidas legais cabíveis.

Aí, alguém pode me perguntar: Ele poderia anexar a essa notícia-crime um laudo, um estudo, algum documento que pudesse contribuir pra essa apuração? Claro que poderia. Mas a decisão final da validade disso vai ser sempre das autoridades públicas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse aspecto específico, o CEO do Botafogo, o noticiante não é o dono da bola; não é ele que conduz a forma como essas investigações vão acontecer, são as autoridades públicas, e as autoridades públicas certamente vão analisar inclusive essas provas trazidas aos autos.

Então, nesse sentido que deixar isso aqui claro é muito importante. Até esse momento, nós ficamos muito num campo de reuniões, de pedidos de reuniões, de ilações, de colocações abstratas e não concretas.

O que a CBF espera, nesse sentido, e estará sempre de portas abertas... Há um *e-mail*, inclusive, da Unidade de Integridade, que é integridade@cbf.com.br, disponível para todos e, se alguma notícia grave chegar lá, imediatamente será encaminhada para o Ministério da Justiça e para a Polícia Federal. (*Pausa.*)

Alguma outra questão? (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GUSSEM – Imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só peço para acrescentar a CPI.

O SR. EDUARDO GUSSEM – Passa a seguir esse fluxo também. Será um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado.

O SR. EDUARDO GUSSEM – Como vem acontecendo hoje. Então, todas essas situações pretéritas seguiram esse protocolo.

Senador Portinho, como o senhor bem sabe, nos pilares do *compliance*, da prevenção, detecção e responsabilização, é exatamente isso o que a Unidade de Integridade tem construído nesse momento. Visitamos a FIFA, visitamos várias confederações internacionais e como disse aqui o Julio Avelar antes, a Confederação Brasileira de Futebol hoje é uma das grandes referências mundiais no combate à manipulação e, quanto às respostas que têm sido dadas, acho espetacular o resultado da Copinha, com nenhuma incidência. Ou seja, as práticas educacionais estão surtindo efeito. Às vezes, nós só enxergamos problemas quando eles são gritantes aos nossos olhos. Quando não há nenhuma situação, nós não valorizamos tanto. Essa situação da Copinha, que é conduzida, diga-se de passagem, pela Federação Paulista de Futebol, é um resultado a ser comemorado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu só queria fazer alguns registros em cima.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Portinho, o senhor tem o direito à réplica, é evidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

Primeiro, quero deixar claro que a gente já identifica... E eu quero aqui fazer a licença, porque o Dr. Gussem e o departamento foram criados há menos de quatro meses, se eu não estou enganado; mas é preciso correr contra o tempo, e me assustou o fato de que a Procuradoria do STJD não tem acordo de cooperação, não tem contrato, não tem relação alguma com as denúncias encaminhadas ao Ministério Público. Ou seja, recebe as denúncias, jogam para o Ministério Público, e aí o tempo, no tempo de Deus, seja o que Deus quiser...

Não pode! Está errado! É preciso que a Procuraria do STJD, porque é um órgão interno da CBF – isso foi estabelecido no caso Dodô, lá perante a Corte Arbitral do Esporte –, ela não é autônoma, como parece, nem independente, ela é um órgão interno da CBF, e, se a CBF tem acordo de *compliance*, seja com a FIFA, a Conmebol, com quem quer que seja, não pode a Procuraria do STJD ficar a reboque, até porque a Procuradoria não tem os instrumentos. É óbvio que o Ministério Público e a Polícia Federal possuem, mas ela tem o maior interesse de que essas investigações dos 139 jogos, por exemplo, que foram relatados, que têm alerta, sejam averiguadas, e ela tem que ter representatividade, por algum acordo de cooperação, junto à Polícia Federal e ao Ministério Público.

Segundo, com relação às denúncias do Sr. John Textor, o que eu mais li é que ele tentou, de todas as maneiras, encaminhar à CBF. Ele poderia mandar por esse *e-mail*? Poderia, mas eu quero lembrar que o John Textor é o Botafogo, e o Botafogo é da família futebol.

Se ele tem alguma denúncia, ele deveria ser recebido com tapete vermelho, cafezinho, e, mesmo que ele estivesse 100% errado, a CBF tinha que encaminhar e dar crédito a toda e qualquer denúncia, seja de quem for, porque, senão, a gente vai inibir que outras denúncias sejam encaminhadas. E eu digo isto inclusive porque eu, que vi as provas, os indícios, como eu falei, do que trouxe o Textor, me chamou muita atenção. A gente tem linha de VAR alterada, de impedimento, linha torta, a gente tem um caso sério do que é visto pelo VAR e pelo árbitro, que está incongruente, e a gente vai se debruçar sobre isso, e a gente tem as questões de comportamento atípico de atleta, e, nesse caso, eu entendi, não é um comportamento individual, é de muitos atletas no mesmo lance, que deveriam, sim, ser levados a sério pela CBF e ser encaminhados, recebidos.

E, com relação ao *e-mail*, Gussem, mude o nome, pelo amor de Deus! Faço este apelo: façam uma campanha para que as pessoas denunciem e deem um *e-mail* que seja um *e-mail* que a pessoa possa guardar. Eu até esqueci: cbf@integridade.com. Isso aí não é um canal, não é um saque, não é a maneira. Por favor, eu peço que dê atenção a isso.

E com relação a uma questão que me preocupou: sim, as casas de aposta não têm relação com o futebol. Por isso que as casas de aposta não contribuem. Por isso que as casas de aposta não encaminham



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a CBF mais elementos, não correm atrás, porque elas também são vítimas, quero deixar claro, em 99% dos casos. Mas como não tem relação com o futebol se ela vive do futebol, e de outros esportes, mas principalmente do futebol? Então, isso justifica porque, a resposta justifica porque as casas de aposta não foram chamadas a assinar um documento de *compliance*. Inclusive, a CBF é patrocinada por uma casa de aposta, gente. Então, está lá no RGC. O atleta não leu, o árbitro não leu, o arbitral – certamente, a gente sabe como são os arbitrais – incluíram isso no RGC, está lá. Está lá no RGC. Para a família futebol talvez até servisse, embora eu ache que, quando o clube assina um compromisso antes do campeonato, ele se compromete ainda mais.

Então, que isso vai inibir, é lógico, mas isso agrava, certamente, a sua culpa, e esse é um dos caminhos do *compliance* que ele tem de seguir. Agora, não ter um documento com os clubes e não ter um documento com as casas de aposta, que estão aí faturando em cima do futebol e manchando o futebol, muitas vezes por manipulação, não necessariamente de alguma casa de aposta específica... Mas como é que não assina um documento de *compliance*, de um protocolo de troca de informações? Isso está lá na lei. Na lei, a gente mandou dinheiro para a Polícia Federal. Por que a Polícia Federal não tem um grupo tático? Ela tem um delegado! Um delegado! E esse delegado tem o que embaixo dele? E isso está formalizado como dentro do Estado? O Ministério Público tem um Gaeco para isso? Tem que ter, gente! E a CBF... Aí que está: é muito bom ter um relacionamento com a Unesco, com a FIFA, com a... Dá grife. Dá uma grife, né? Mas a prática aqui, o que acontece aqui dentro, infelizmente, meu querido amigo Gussem, e é muito pouco tempo que eu sei que você está aí, mas tem muita coisa para fazer, e só em três audiências desta CPI a gente já identificou, no caso aqui, quatro ações imediatas, na minha fala, que devem ser feitas. Espero que receba de forma construtiva.

Nós aqui não vamos fulanizar discussão nenhuma, o nosso interesse é o mesmo, é a preservação da integridade do esporte e as ferramentas e os mecanismos que a CBF e as federações devem criar para isso. Porque qualquer mácula à integridade do esporte, azar do futebol.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, amigo Senador Carlos Portinho, só rapidamente, por gentileza, aqui não como Presidente, mas como jornalista esportivo que sou, com 50 anos de carreira, e ainda sou... Sou mais ou menos, diferentemente do senhor, que não é mais advogado, mas simplesmente foi o melhor advogado esportivo deste país. Só fico aqui a ter uma dúvida, posteriormente o senhor pode falar com mais tempo: o senhor considerou grave ou não a entrevista do técnico Renato Gaúcho após o jogo Bahia, 1; Grêmio, 0?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Gravíssima. Em toda interferência externa que possa macular o resultado de uma partida é fundamental que a gente vá a fundo. Mas só que, meu querido Kajuru, eu estou guardando esse assunto pra quando a gente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for ouvir e a gente puder entender melhor do VAR, porque a minha preocupação maior, seja com VAR, seja com árbitro em campo, são as interferências externas, já havia antecipado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Concordo com você, devemos esperar. Eu só queria saber se você considera grave ou não, porque eu tenho rigorosamente a mesma opinião sua.

Obrigado, Senador Carlos Portinho.

Peço as desculpas – em função também de compromissos, ele está no exterior – do nosso querido Senador Eduardo Girão, porque pela lista de inscrição era ele; que ele compreenda o que aconteceu e que fique à vontade para os seus questionamentos.

Girão, querido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência.*) – Está me ouvindo bem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeitamente bem. Agora, a voz nem parece cearense, parece francesa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Que bom, que bom.

Eu vou tentar ficar dentro dos dez minutos, Presidente, porque eu sou um apaixonado pelo futebol, um desportista desde criança e Deus me deu a oportunidade de ser Presidente do Fortaleza, em 2017; e eu estou muito assustado com o que está acontecendo com o futebol brasileiro. De lá pra cá, eu vejo uma degradação; e o grande advento que nós tivemos nesse período foi a aposta esportiva.

Então, da mesma forma que cigarro, no meu modo de entender... Olha que eu estou falando de um patrimônio do povo brasileiro, que é o futebol. Nós somos conhecidos no mundo inteiro como o "país de chuteiras", a nossa paixão nacional é o futebol. E eu estou falando com Diretores da CBF, e nós vamos ouvir o Presidente também, vamos ouvir também aquele que hoje não pôde estar conosco, o Dr. Hélio, mas eu temo – já disse no ano passado, e quero reafirmar – pelo amor ao futebol. Eu temo que a CBF esteja ajudando a matar a galinha dos ovos de ouro nossa. Porque essa questão de aposta esportiva é incompatível com o futebol, assim como cigarro também; não combina. A gente vê que é uma autofagia, porque o próprio sócio-torcedor vai ficar sem dinheiro pra colocar no seu clube, pra ajudar no seu clube com a mensalidade. A família vai pegar uma ojeriza em médio, longo espaço de tempo; ojeriza porque vai ver um ente querido perder tudo, perder tudo.

Então, vai ser azar do futebol – como diz o Senador Carlos Portinho, é azar do futebol –, mas está em tempo – está em tempo – de, efetivamente, como foi colocado aqui, além de um *e-mail* de denúncias



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claro, que tem que ficar na boca do povo, em vez de ter na placa do estádio "profetize", pedindo para a pessoa apostar o tempo todo ali, ninguém consegue mais assistir a um jogo de futebol, colocar lá o canal de denúncias sobre o que está acontecendo.

Eu percebi um tom... Eu vou fazer as perguntas tanto para o Dr. Julio Avellar como também para o Dr. Eduardo, meu xará – eu vou fazer perguntas –, mas percebi um tom com relação ao John Textor preocupante, quando foi falado que ele não é o dono da bola. A gente sabe que ele não é o dono da bola, mas a CBF precisa compreender que ele faz parte do espetáculo, o Botafogo faz parte do espetáculo, então tem que ser ouvido, tem que ter, não pode isolar. O depoimento que ele deu a esta CPI foi preocupante. O cara está ajudando o futebol brasileiro fazendo isso. Essa percepção... Precisa ter essa reflexão sobre o que está acontecendo. Para mim, está muito claro que ele está querendo ajudar o futebol brasileiro neste momento.

Então, a questão de patrocínio da CBF, de casa de aposta, como foi dito pelo Dr. Julio Avellar, não tem relação direta. Como não tem relação direta se é patrocinadora da CBF uma casa de aposta na Série A e outra casa de aposta na Série B? Olha só, isso não é, isso não dá conflito de interesse? Então, eu acho muito importante essa reflexão, para o bem do futebol, no curto espaço de tempo.

Eu vou direto aqui para o Dr. Julio Avellar. Na sua função junto à CBF, o senhor é responsável por liderar o planejamento, a operação e a organização de todas as competições administradas pela entidade, no futebol masculino, no futebol feminino e nas categorias de base. Então, levando-se em conta a sua competência em gerir essas disputas, eu pergunto: um, quais as ações desenvolvidas por sua diretoria junto aos clubes de futebol que participam das diversas divisões do futebol brasileiro, nos seus âmbitos masculino e feminino, na busca de sanar as manipulações de resultados, que só fazem atentar contra o nosso principal esporte? Dois, sendo responsável pelas competições das categorias de base, sua diretoria desenvolve alguma política de conscientização junto aos atletas mais jovens, lá na tenra idade, sobre os perigos que envolvem a corrupção no futebol? Aí vem a parte de educação, não é? Três, nessa sua interação com os mais diversos clubes brasileiros, dos maiores aos mais modestos, de todas as regiões do país, já lhe foram relatadas abordagens por parte de corruptores, atletas, diretores, comissões técnicas? Como é a relação com as federações estaduais quando o assunto é fraude em resultados? O senhor falou que a CBF tem contato com a Sportrad para análise de partida – contrato, na verdade –, para análise de partida das competições que ela organiza. Por que essa empresa foi a escolhida? Com qual frequência ela envia alerta de suspeita de manipulação de resultados? Ou seja, das 139 partidas em 2022 e das 110 em 2023, em quantas se comprovou fraude? Quais foram as punições impostas? Quais os critérios dessa empresa para apontar partidas suspeitas? Lembrando, Dr. Julio Avellar, que o Brasil é o campeão mundial. Por mais que o seu setor esteja tomando medidas, o Brasil é o campeão mundial aí de denúncias e manipulações. Eu mostrei o mapa na última sessão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o Dr. Eduardo Gussem, Oficial de Integridade da CBF. O senhor, antes de ser Oficial de Integridade da CBF, foi Procurador-Geral de Justiça e Presidente da Associação do Ministério Público do Rio de Janeiro. Portanto, é um homem acostumado a promover e acompanhar investigações que tratam de atos de corrupção, fraudes e afins. Segundo o Sportradar, no Brasil, em 2022, 139 partidas de futebol estavam sub suspeita e, em 2023, 109, entre elas aquelas inclusas em todas as séries do Campeonato Brasileiro, A, B, C, D, além de campeonatos regionais. Diante disso, eu pergunto: qual a sua visão diante do considerável número de partidas sob suspeita de manipulação de resultados nos anos de 2022 e 2023? Repito, um dos maiores do mundo. Quais as ações práticas implantadas pela CBF no sentido de coibir essas fraudes? Como estão as interações com as federações estaduais nesse sentido? Como está a interação da CBF com essas entidades de segurança pública, polícia civil e de fiscalização de controle estatal, o MP, nas investigações das fraudes em resultados? Como se dá essa cooperação?

Na Série A do Campeonato Brasileiro, tem um patrocínio máster de cada uma das apostas esportivas, a Betano, como da Série B. A Betano na Série A e na Série B a Betnacional, a CBF. Na sua opinião, não haveria um grave conflito de interesses ao haver uma relação negocial da CBF com essas *bets*? Quanto essas casas de apostas estão pagando para a CBF? Essa minuta de contrato pode ser disponibilizada a esta CPI?

Pelo mundo, outras ligas e confederações têm tomado decisões drásticas contra os efeitos nocivos da manipulação de resultados. Temos, por exemplo, a França, a Bélgica, a Espanha, o Reino Unido, que inclusive proibiu em breve aí já estampar nas camisas dos times a marca de casas de apostas. No Brasil, estamos caminhando no sentido contrário. Essa situação não estaria contribuindo para a perda da confiabilidade do futebol ou a ambição vai preponderar sobre a pureza do nosso futebol, sobre o objetivo, que é unir?

E, para finalizar, Sr. Presidente, como o senhor vê, Dr. Eduardo, a participação de atletas e árbitros nesse esquema de manipulação de resultados? Eu digo que é a minoria da minoria porque, como eu fui presidente do clube, eu vi no olhar de cada um, na postura de cada jogador, de cada goleiro, de comissão técnica a integridade. Se um cara faz um gol e dedica a Deus ali, a Jesus, o cara faz a melhor defesa e dedica a Jesus, a gente percebe ali. Eu digo isso porque convivi durante o ano de 2017 com eles, e vi muita integridade, e vi muita serenidade desses jogadores. Então, qual a visão do senhor sobre isso? E, além daqueles que já foram punidos, quantos e quais desses profissionais estão sendo investigados hoje pela CBF?

Muito obrigado, Sr. Presidente. Dentro do tempo aí, não vou nem usar os 15 segundos que faltam.

Gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço a sua objetividade, Senador Eduardo Girão, e o cumprimento pelos compromissos que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha, e o senhor abriu mão deles para estar presente remotamente nesta nossa importante 5ª Reunião da CPI de manipulação de resultados de jogos de futebol e casas de apostas esportivas.

Tanto o Sr. Julio Avellar, como o Sr. José Eduardo Gussem foram questionados, e eu, democraticamente, deixo-os à vontade para quem quiser começar.

O SR. JULIO AVELLAR (Para expor.) – Obrigado a V. Exa., Senador Girão. Excelência, obrigado pelas perguntas.

Eu vou tentar, obviamente, responder na melhor das minhas habilidades. Vamos lá.

Quais atitudes foram tomadas pela minha diretoria ou políticas de conscientização? Primeiro que qualquer caso suspeito reportado pela Sportradar ou por alguma outra empresa associada à FIFA dentro do nosso contrato, ou do contrato da FIFA e da parceria com a CBF... Obviamente, todos esses relatórios são encaminhados a federações, aos órgãos competentes, etc. Quanto a políticas de conscientização, gostaria de dividir com todos os senhores que nós realizamos, ao longo deste ano, algumas palestras com técnicos e capitães de pelo menos quatro divisões de futebol diferentes – da primeira divisão, segunda, terceira e quarta –, atingindo assim todas as camadas de níveis sociais de atletas que têm remunerações maiores ou menores. Nessa oportunidade, que foi uma palestra não só técnica para falar de aspectos de tabela e organização de calendário, a gente teve a oportunidade de ter uma palestra dessa Unidade de Integridade do Futebol Brasileiro, presidida pelo Dr. Gussem, onde dividimos uma série de questões relacionadas ao combate à manipulação, aos canais de denúncia, às penalidades, etc. E eu tenho certeza de que o Gussem pode falar um pouco mais quando for o momento dele.

Sobre a interação com as federações, eu me remeto exatamente a esse processo que eu tive a oportunidade de dividir com todos vocês aqui – e agradeço, mais uma vez, por essa oportunidade –: qualquer relatório, principalmente aqueles relatórios de competições estaduais que são competência das federações estaduais, é dividido com as federações estaduais, e as federações estaduais, obviamente, tomam as suas diligências junto a órgãos específicos, não somente aqueles a que nós comunicamos. Então, há uma relação bem próxima, junto às federações estaduais, na divisão dessas informações, desses relatórios, e, obviamente, a gente quer saber o que foi feito, prestar suporte... Tudo isso a gente faz dessa maneira.

Se eu já fui contatado por algum atleta ou diretor com algum caso suspeito de manipulação de resultados? Não, eu nunca fui contatado diretamente.

Sobre por que a Sportradar? A Sportradar é uma empresa hoje que é referência mundial no monitoramento de casos suspeitos de manipulação de resultados, não só no futebol, mas em uma série de outros esportes.

E, quanto à assiduidade de recebimento de alertas ou relatórios, a todo momento em que há alguma mudança no desvio padrão de apostas de qualquer jogo, a Sportradar imediatamente – nem que seja por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma mensagem: "Olha, esse jogo aqui está sendo monitorado" – já avisa para a gente. Obviamente isso é seguido ou por um relatório ou por uma outra mensagem para desconsiderar isso, porque acabou que não houve nenhuma suspeita nesse jogo. Mas o contato é ao vivo e a todo momento, quando há alguma suspeita de manipulação.

Quais são os critérios para a celebração desse contrato? Eu não posso responder isso. Eu não sei lhe dizer o que levou, quais foram os critérios ou a métrica utilizada para o aumento desse escopo de um contrato direto da CBF para com a Sportradar, mas o que eu posso lhe afirmar é que a Sportradar é uma empresa referência mundial no provisionamento desses serviços, então a CBF foi atrás de quem é a melhor no mercado.

E eu gostaria de ressaltar que a CBF está aberta, sim, a qualquer outro tipo de metodologia ou empresa que venha prover serviços, sejam eles complementares ou adicionais, no combate à manipulação, e nós não mediremos esforços para a contratação de outros serviços dessa mesma natureza.

Sobre o Brasil ser campeão de dados, de casos suspeitos de manipulação de resultado: sim, em números absolutos gerais, conforme o relatório da Sportradar, no ano de 2023, nós ficamos com 109 jogos, mas eu acho importante dividir com todos os senhores que, no Brasil, há uma incidência maior de jogos em comparação a outros países. Então, eu trago, até como exemplo aqui, que, em outras Federações sul-americanas que tiveram números três vezes inferiores aos nossos reportados, o número de jogos é absolutamente inferior ao que é praticado aqui no Brasil, ou seja, enquanto no Brasil se monitora, por conta da Sportradar, algo em torno de 9 mil jogos, esse número é muito menor nesses outros países, porque, como o senhor bem disse, nós somos o país do futebol. Mas eu acho que essa perspectiva de número é importante ser contextualizada, porque se joga mais futebol aqui no Brasil do que em qualquer outro lugar do mundo, tá?

Eu passo a palavra para o Dr. Gussem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Me permita, Sr. Julio Avellar, assim como eu dei o direito de réplica ao Senador Carlos Portinho, é evidente que eu quero fazer o mesmo – e vou fazer – ao Senador Eduardo Girão.

Eu só gostaria de fazer aqui, rapidamente, uma sugestão. Eu sou o Presidente desta CPI, mas nunca decido nada sem ouvir todos os companheiros e todos os membros, especialmente.

Com a experiência que tenho em nove Copas do Mundo, eu aprendi que o melhor para questionamento é o pingue-pongue, porque, quando o senhor não responde e não agrada a quem perguntou, ele tem o direito de replicar e te seguir, porque quando a gente faz, em dez minutos, todas as perguntas, o senhor tem que anotar, correto? E aí o senhor responde... aí tem o direito de réplica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria só fazer essa sugestão, que o Romário inclusive aceitou, como Relator, e fez pingue-pongue, porque eu acho que renderia mais, e a gente não ficaria tão preocupado com réplica, tréplica, porque não existe "quatréplica". Não existe. Então, ficaria de uma forma mais satisfatória.

É a sugestão que eu faço, mas o direito de réplica é todo do Senador Girão, e depois o Sr. José Eduardo Gussem vai também lhe responder, Senador. (Pausa.)

Recomece, Girão, por favor. O áudio está no mudo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência.*) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pronto, o.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu gostaria de ouvir, primeiro, o Dr. Eduardo Gussem, porque eu não vou fazer a tréplica, eu vou apenas fazer uma réplica. Então, só para a gente ganhar tempo aqui, está bom? Por favor.

O SR. EDUARDO GUSSEM (Para expor.) – Senador Eduardo Girão, mais uma vez, é uma satisfação dirigir minhas palavras a V. Exa., deixando claro que, quando eu fiz aqui o registro de que o CEO do Botafogo Futebol Clube não é o dono da bola, é na condução das investigações. Ele tem todo o direito de apresentar notícias, notícias-crimes. Ele é o noticiante, e a função dele vai até uma etapa: ao procurar e formalizar nas instituições a notícia dele. A partir dali, a condução desses trabalhos será feita pelas autoridades públicas.

A questão presente é que essas colocações começaram por meio de adjetivações fortes, falando em corrupção, em manipulação e fraudes. Talvez tenham começado de trás para frente. Então, as autoridades – tenho certeza disso – aguardam ansiosamente por esse registro, porque é a partir desse registro que as autoridades poderão identificar fatos, pessoas e provas.

Há um capítulo no Código de Processo Penal que trata exclusivamente de provas. E não é A, B ou C que diz qual é a melhor prova. Não é A, B ou C que diz qual é a rainha das provas. Foi nesse sentido que eu quis dizer isso.

A primeira etapa dele, o.k., ele concluiu. Vamos para as etapas subsequentes. É isso que aguardamos todos ansiosamente.

Se ele quiser ir à CBF para formalizar algo, vai ser recebido muito bem. Se ele quiser ir à CBF para conversar, sem gravação, sem registro de fatos tão graves, nós consideramos prudente não recebê-lo dessa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma, porque são fatos graves, que sinalizam para crimes, e situações como essa têm que ser vistas com muito cuidado.

Ele fala de dados e de uma nova forma de analisar o futebol. Isso talvez tenha criado até uma emulação muito grande no campeonato atual. Ele já começa de uma maneira estressada, vamos dizer assim.

Mas nós estamos abertos para colaborar, para ouvir, para dialogar e contribuir para a higidez e para um melhor ambiente do futebol brasileiro.

Um registro que é importante fazer é que, na Portaria 15, de 2023, constou Unidade de Integridade da Confederação Brasileira de Futebol. Presidente, eu já tenho o compromisso do Presidente Ednaldo de que, na próxima portaria, vai sair "Unidade de Integridade do Futebol Brasileiro".

E eu aqui, sob compromisso, afirmo aos senhores que, semestralmente, vou apresentar um relatório das iniciativas da Unidade de Integridade, porque tudo acontece de uma maneira muito rápida – nos entrevistamos com autoridades mundiais, estamos aplicando imediatamente essas práticas. Repito: o Brasil, a CBF é líder.

Precisamos, sim, assinar a Convenção de Macolin. Ela é o ponto de partida. Ali, Presidente, estão todos... está o passo a passo do combate à manipulação no futebol.

Por uma outra segunda pergunta, quanto ao que o senhor disse no tocante aos atletas e árbitros, eu comungo com o senhor da mesma impressão. Fizemos palestras para eles, temos feito palestras recorrentes, algumas delas, acredite, acontecem às sextas-feiras, às 8h da noite, e todos eles comparecem, debatem, dialogam – técnicos, capitães... É um debate rico, muito importante.

É óbvio que essas questões atingem mais atletas de Séries C e D, que percebem importâncias menores de salário. E a nossa preocupação é esta, de conscientizá-los também, de mostrar para eles que a prática desses crimes vai prejudicar sobremaneira a carreira deles, dentro e fora do futebol.

Repto, o diálogo tem sido muito bom. O passaporte é esse primeiro documento – repito – sigiloso, entre CBF e órgãos públicos, a partir da documentação que chega a nós das mais diversas fontes. Então, é um meio de robustecer essa prova. Essa prova, para gerar uma investigação ou um processo, tem que ser muito consistente.

Essa CPI da manipulação de resultados é muito relevante para o esporte, para o futebol brasileiro, mas ela veio numa temática meio que invertida, falando de inteligência artificial, dados. Temos que tomar cuidado também para ela não migrar de uma CPI da manipulação de resultados para uma CPI de manipulação de dados.

Então, essa questão da inteligência artificial, hoje, atinge todas as instituições. Administrações públicas digitais são muito importantes; câmera na lapela de policiais é muito importante, mas será que só



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

policial tem que andar com câmera? E os outros funcionários públicos que estão em departamentos, em sessões tão sensíveis quanto as dos policiais? A legislação francesa, por exemplo, coíbe – eu sou contra, mas ela coíbe – qualquer manipulação de dados, qualquer análise de dados. Então, assim, é um assunto muito maior que transcende isso.

É óbvio que, pelo perfil do Sr. John Textor, que vem de um mercado tecnológico, ele tem uma visão diferente. Assistindo à fala dele aqui, eu achei uma sugestão dele muito interessante: o controle maior nos campos de futebol, dentro dos gramados; o número, a ampliação de câmeras para auxiliar o VAR; tornar o VAR menos subjetivo. Nós temos que ouvi-lo, mas, nesse contexto, ele tem que apresentar provas, porque há um tipo penal, também, que trata da denúncia caluniosa. Então, às vezes, quem noticia acaba sendo investigado.

É esse contexto todo que nós temos que olhar com esse olhar mais acurado, com esse cuidado, mas todo o respeito ao Sr. John Textor e todo respeito a todos aqueles que nos queiram procurar para trazer fatos reais e concretos. Eu só não posso tomar um café com quem diz que há corrupção, que há manipulação, que há fraude. Acho que, nesse contexto específico, o assunto veio à tona de uma forma invertida.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para a réplica, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência.*) – Presidente, você está me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Estou, muitíssimo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Por videoconferência.*) – Perfeito!

Então, eu vou encerrar aqui apenas fazendo uma colocação. Tanto o Dr. Avellar como o Dr. Gussem falaram de palestras pra jogadores profissionais. Eu perguntei sobre a base, o efeito pedagógico lá na origem, lá na fonte, porque eu acho que precisa a gente ter essa percepção.

Outra coisa também: a CBF e a Sportradar fazem uma análise dos padrões de aposta juntamente com os lances de campo pra lançar o alerta? É uma análise conjunta? Muita coisa não foi respondida com relação ao que eu perguntei.

E a última aqui pro Sr. Gussem: o senhor falou que as Séries C e D são as mais atingidas. Não é isso que nós estamos vendo. As partidas das Séries A e B estão cada vez mais em suspeita. Veja a Operação Penalidade Máxima, a operação intitulada Penalidade Máxima, em Goiás; é um enorme sinal de alerta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu ratifico o que eu disse aqui. É uma percepção minha, posso estar equivocado, mas eu vejo um tom da CBF, nesse momento, que poderia... Como está todo mundo junto do futebol, querendo promover a questão de uma maior integridade no futebol, desse espetáculo que o brasileiro ama, proteger a pureza do futebol, a essência dele, eu acho que era importante tomar um cafezinho, sim. Isso não tem absolutamente nada a ver – absolutamente nada a ver – com a questão da investigação que possa ser feita. Inclusive, nós estamos aqui numa CPI que pode mergulhar, e vai mergulhar, e aprofundar com os dados que a gente teve. Agora, eu acredito que isolar o mensageiro, como colocou o Senador Portinho – e esse é o tom que me parece –, eu acredito que isso não vai levar a lugar nenhum, não vai levar a gente a conseguir juntos uma solução pro futebol brasileiro.

A questão do conflito de interesses dos patrocínios da CBF, Séries A e B, com casas de aposta também não ficou esclarecida pra mim – a pergunta que eu fiz.

Eu encerro por aqui, Sr. Presidente.

Muita paz!

Sejam, mais uma vez, muito bem-vindos a essa Casa todos os diretores da CBF.

A gente espera, se não tiver a resposta aqui, insistir mais na frente nessas questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado a você, Senador Eduardo Girão.

O Sr. José Eduardo Gussem, bem objetivamente, quer fazer uma observação, porque senão vira tréplica, depois "quatréplica", "quintréplica".

O SR. EDUARDO GUSSEM – Senador, concordo com o senhor. Vamos, inclusive, reavaliar essa sugestão de V. Exa.

Estou entregando aqui, nas mãos do Presidente desta CPI, vasto material e me coloco à disposição para vir aqui, em outras situações, prestar novos esclarecimentos.

Parabenizo mais uma vez a iniciativa desta CPI. Eu tenho certeza de que ela tem muito pra contribuir com o desenvolvimento do futebol, com o desenvolvimento do desporto no Brasil.

Parabéns a todos os senhores e fico sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, Sr. José Eduardo Gussem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando sequência a esta nossa reunião, eu apenas quero fazer rapidamente aqui uma observação, pois tenho ouvido os principais jornalistas esportivos do Brasil, com os quais trabalhei em todas as redes nacionais de televisão, nos maiores jornais, nas maiores emissoras de rádio, reclamando algo a mim: "Kajuru, esse assunto já tem quase 60 dias, virou uma novela". Então, daqui pra frente, o que seria importante é, havendo prova cabal, irrefutável, que ela fosse apresentada, e não todo dia ter um fato que vocês têm que investigar e, enquanto isso, o futebol brasileiro vai ficando cada vez mais manchado, e fica uma coisa quase que generalizada.

As próprias casas de apostas precisam entender que nós não estamos generalizando, nós sabemos separar o joio do trigo, tem empresas sérias. Eu fui o primeiro criador do projeto de lei para tributá-las e legalizá-las, várias delas vieram até mim dizendo: "Senador, nós queremos trabalhar legalmente, queremos pagar imposto". Então, você não pode jogar todo mundo no mesmo balaio.

Agora, que as casas de apostas poderiam também contribuir e fazer acusações, também com provas, elas também poderiam fazer.

E aqui concluo, na sexta-feira, gentilmente atendi o telefone – aqui uma revelação, inclusive, à imprensa – do Sr. John Textor, o sócio majoritário do Botafogo do Rio. Ele conversou um tempo comigo, junto com seus advogados, em videoconferência, e me prometeu que tem mais provas cabais e que ele vai entregá-las a mim o mais rápido possível.

Hoje é segunda-feira, só pediria a ele e aos seus advogados que fizessem isso urgentemente, porque não é uma entrega individual a mim, eu imediatamente passo para a Secretaria e para todos os Senadores, mas que isso tenha realmente a pressa e essa preocupação de não se tornar uma novela interminável e sem a gente realmente chegar ao que todo mundo quer, que é o preto no branco.

Toda CPI tem uma praxe, depois do Relator, quem pergunta é o Presidente. Como eu amo quebrar protocolo, eu passei a minha vez para todos, portanto, eu não posso deixar de passar a minha vez a um Senador da integridade, com presença sempre aqui e em todos os cantos deste Senado Federal, ele que é exemplo e orgulho de Roraima, o Senador Hiran Gonçalves, que está pacientemente até agora aqui. Eu fico pelo fim, ou seja, eu vou ser o último a perguntar, e passo a minha vez, respeitosamente, ao Dr. Hiran e aos seus questionamentos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Bom, obrigado, Presidente Kajuru, obrigado às Sras. e aos Srs. Senadores. Quero dar boas-vindas aí aos dirigentes da CBF e aos seus respectivos advogados.

O bom de falar depois é que eu já economizei muita coisa aqui que eu iria perguntar, já fui contemplado Presidente, mas eu queria perguntar ao Dr. Eduardo Gussem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CBF anunciou agora, este mês, um contrato com a Betano, que é uma das maiores empresas *bets* do mundo, que tem como sede Malta, que não é um paraíso fiscal, mas tem uma legislação muito flexível em relação à retirada de dividendos pelos seus sócios, enfim.

Eu queria saber de V. Exa. qual o critério adotado para firmar um contrato com um patrocinador que é uma casa de apostas? É pelos próximos três anos, se não me engano, o contrato. Vocês tinham um contrato de R\$50 milhões com o Assaí e assinaram esse contrato com a Betano. O senhor não acha que isso pode – dentro de todo esse contexto em que se está falando muito de manipulação no futebol – dar mais margem... Veja bem, eu não estou dizendo que aqui tem qualquer tipo de... Isso não é uma ilação. Estou dizendo que aquilo que a gente viu naquela sessão secreta com John Textor tem algumas coisas que nos deixam preocupados.

Quando eu saí da audiência e a imprensa me perguntou o que eu achei, eu disse: olha, são indícios e indícios têm que ser esclarecidos, têm que ser investigados, com responsabilidade, até porque o futebol é um grande *business*, além disso é o nosso maior patrimônio cultural, enfim, é uma paixão nacional. Então, tem que ser visto com muito cuidado.

Eu pediria ao senhor, que é o Oficial de Integridade: o que o senhor acha de a CBF fazer um contrato com uma empresa de apostas que, inclusive, tem uma sede num lugar não é um paraíso fiscal, mas que tem regras muito flexíveis para a retirada de dividendos? E se o senhor tem algum conhecimento de alguma manipulação de resultado, de algum indício de manipulação de resultado no Campeonato Brasileiro, Série B, onde a casa de apostas já é também patrocinadora. E, se sim, que tipo de punição houve?

Eu queria, finalmente, dizer, Presidente Kajuru, que ontem, no domingo, nós vimos acontecer o jogo Flamengo e Botafogo. Engraçado, aconteceu o contrário do que aconteceu no outro jogo. O outro jogo começou com uma falta clara de um atleta do Flamengo no atleta do Botafogo, que... Eu vi com muito cuidado esse lance. Aquele gol era um gol que deveria ser anulado. E, agora no domingo, aconteceu o inverso. O Diego Hernández derrubou claramente o Fabrício, que é botafoguense, mas a Good Game! já, inclusive, colocou na imprensa que houve uma falta ali. Não sei se vocês viram. Então, eu acho que a gente...

Quer dizer, a posição do Textor não é uma posição de defender o Botafogo, de explicar aquela derrocada do Botafogo em decorrência do jogo do Palmeiras, mas eu acho que tem muitas coisas ali que, nós vimos, merecem realmente ser investigadas pela própria lisura do futebol, até para fortalecer a CBF.

Então, eu acho que essa opinião do Textor... Ele foi suspenso. Eu acho que... Eu não sei se até por conta de ele não falar português, eu acho que ele verbaliza mal. Mas eu acho que ele deve ser, realmente, ouvido. Naquilo que ele nos apresentou, existem algumas evidências de que aquilo precisa ser absolutamente investigado, para o bem da CBF, para o bem do futebol.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria saber, em relação a esse contrato com a Betano, se vocês poderiam dizer o valor, porque o da Assaí era de R\$50 milhões, se vocês poderiam dizer o valor e se não há, na sua opinião como Oficial de Integridade, algum tipo de conflito de interesse entre a gente fazer um contrato de publicidade e de divulgação com uma empresa de aposta quando a gente está no meio desse furacão em relação a apostas esportivas. Não é aqui, não. No mundo todo, acontece isso.

Então, eu queria que o senhor me colocasse qual é a posição da CBF em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só, antes da resposta, rapidamente, Senador Hiran.

Nunca atendo telefone durante a CPI. Só atendi porque era urgente, o nosso Líder, nosso amigo Jaques Wagner, que está assistindo à CPI e mandou cumprimentar os nossos trabalhos, inclusive a sua pergunta.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas vamos escutar Eduardo Gussem.

Um abraço, Jaques Wagner.

Obrigado, Líder.

O SR. EDUARDO GUSSEM (Para expor.) – Senador Hiran Gonçalves, agradeço a sua pergunta.

Cumprimento também o Senador Jaques Wagner, Ministro.

E quero dizer ao senhor o seguinte: primeiro que a Unidade de Integridade está voltada para outro aspecto neste momento. Nas linhas dos pilares do *compliance*, da prevenção, da detecção e da responsabilização, nós estamos analisando diretamente o aspecto da manipulação de resultados. Como disse aqui o Senador Carlos Portinho, é uma estrutura muito nova, muito recente, com um volume muito grande e, com o andar do campeonato, vão surgindo novos aspectos que demandam muito da nossa atuação.

Portanto, nós da Unidade de Integridade, em momento algum, nos debruçamos sobre esses aspectos do contrato. Tem estruturas próprias dentro da CBF que analisam isso. Na minha ótica, o que eu posso adiantar para o senhor é que hoje há uma legislação aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada. A CBF vem regulando esse tipo de atividade. Frequentemente, o noticiário já comunica algumas novas práticas de adequação e autorregulação.

Então, agora compete às autoridades governamentais, e com a própria CBF aderindo a isso, dar uma nova forma a uma situação nova, com a qual nós não convivíamos anos atrás.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como o senhor bem disse, as *bets* hoje passaram a dominar o futebol mundial. É uma realidade. Talvez seja uma realidade irreversível. Não cabe aqui a mim fazer um juízo de valor e jamais o farei, ainda mais a partir de uma lei aprovada, e sancionada, pelo Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente da República.

Então, vamos ter que redobrar os cuidados para conviver com essa nova realidade.

A segunda pergunta foi?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu queria saber sobre... Como a questão do contrato não é uma questão que diz respeito ao seu departamento, você certamente não vai saber me informar a respeito do valor desse contrato.

O SR. EDUARDO GUSSEM – É, não tenho ideia.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas eu já vou aproveitar para fazer minha réplica.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas deve ser superior ao anterior, não?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Deve ser. Eu assisti àquele trabalho que foi feito pela Good Game! e realmente tem algumas coisas que nos causam muita preocupação. E esta Comissão foi muito prudente, inclusive, de não divulgar aquilo que a gente assistiu. A gente assistiu aí... Eu acho que cerca de duas horas, hem, Presidente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Duas horas.

É um material muito robusto, que deve ser... Aliás, eu até falei, Dr. Gussem, que, se os jogadores virem aquele trabalho que foi feito, os jogadores vão pensar duas, três, quatro vezes para, quer dizer, não facilitar ou tomar alguma iniciativa de fraudar uma partida de futebol, porque essas plataformas têm condição de muito claramente revelar indícios de manipulação, de comportamento inadeguado. Então, eu acho que isso aí a gente poderia, inclusive, aproveitar para mostrar para os jogadores das Séries C e D, e mostrar que realmente, às vezes, eventualmente, o crime não compensa.

Também faria aqui uma sugestão, como já falou o nosso querido Portinho, que eu acho que o Textor devia ser ouvido. Eu acredito que realmente, no decorrer desse processo todo, ele vai ter uma oportunidade de conversar com a CBF – até porque ele faz um trabalho que é mérito no Botafogo: o Botafogo estava absolutamente falido e hoje é um time extremamente competitivo por conta da disponibilidade dele de investir no nosso time.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, eu acho que ele deve ser ouvido com respeito, com... E eu acredito que, realmente, o que ele colocou é mais uma questão de... Eu acho que ninguém esperava aquele desastre que aconteceu no Botafogo no final do ano. Imagina alguém que investiu um recurso extremamente importante no Botafogo ver o clube se desfazer no final do campeonato? Eu acho que ali... Deve-se considerar esse comportamento, essa decepção do Textor, e também o fato de ele não falar português; eu acredito que... Aliás, ele até fez uma... Ele respondeu a uma pergunta assim, aqui, ele disse "olha, eu nunca ouvi uma pergunta tão idiota" para o nosso...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – "Estúpida".

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – "Estúpida", Senador. Eu acho que ele não...

O SR. EDUARDO GUSSEM – Ele tentou, eu acho até que ele tentou esclarecer; foi infeliz...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É, eu acho que isso gera um mal-estar, não é?

Então, eu acredito que é bom a gente ver aquele trabalho que foi feito, que eu acho que é um trabalho muito... Um trabalho que eu acho que é sério – não explica a questão do Botafogo; são coisas que aconteceram no campeonato de uma maneira geral – e que acho que precisamos realmente aprofundar, para dar cada vez mais credibilidade ao futebol e à CBF.

Então, quero agradecer a presença de vocês, e ao nosso Presidente pela maneira cordial, inteligente como conduz aqui a nossa Comissão. Presidente, muito obrigado; e ao Romário e aos Senadores e Senadoras que nos acompanham remotamente.

O SR. EDUARDO GUSSEM – Senador Hiran, só para dizer que as portas da CBF estarão e estão sempre abertas, contanto que haja uma objetividade da formalização da situação, e não uma mera conversa, porque os fatos imputados são muito graves e atendem terceiras pessoas. Essa é a nossa preocupação; em qualquer outro aspecto... "Ah, vamos debater coisas futuras" e tudo; mas, a partir daí, já houve um comparecimento à CPI, já houve um comparecimento a unidades policiais, já houve um comparecimento ao STJD.

O que nós esperamos de um noticiante são documentos que formalizam, para que nós possamos delimitar o objeto da investigação e, mais importante ainda, individualizar condutas para imputar fatos que possam ser considerados criminosos. É esse o nível de insegurança que enfrentamos no momento.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Doutor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, eu queria aproveitar aqui as embasadas e preciosas colocações do Senador Hiran Gonçalves para fazer outra sugestão.

A própria CBF, com todo o respeito que tenho ao baiano Ednaldo Rodrigues, e os senhores devem saber, eu fui o único Senador a ir até o Supremo Tribunal Federal mostrar a importância da permanência dele, porque, caso ele saia da CBF e seja punido em seu mandato, nós teremos a volta da maior quadrilha já instalada na história do futebol brasileiro. É ela quem quer a cabeça dele. Isso é óbvio demais. Eu sou um jornalista premiado nacionalmente por matérias investigativas contra essa quadrilha. Alguns, corruptos até na medula, até na essência, e nem processado eu fui, porque sabiam que eu tinha provas. Isso eu fiz em *Folha de S.Paulo*, eu fiz em TV SBT, em Record, em Band, enfim.

Portanto, sabendo da lisura de Ednaldo, eu, se fosse ele, eu chamaria urgentemente, não uma convocação, chamaria o Sr. John Textor, e pediria a ele o mesmo material que o senhor apresentou aos membros da CPI, especialmente as imagens, porque além das imagens, Hiran, o outro foi aquele áudio que ouvimos que envolve um jogo da Série C do campeonato carioca e aí no caso a responsabilidade não é da CBF, é da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, correto? Não foi jogo do campeonato brasileiro, conforme se estabeleceu aquela dúvida à época, de que jogo ele estava falando, porque as imagens que ele mostra... Aí, eu, sem visão, ficava perguntando ao Hiran, ao Portinho "O que vocês estão vendendo?". "Kajuru, tem uma edição aqui do VAR, Kajuru. Tem uma imagem aqui contraditória, Kajuru".

Aí, tem uma outra que fala, que eu vou até revelar, de um jogador que entra na área, num jogo da Série A, o atacante entra na área, o zagueiro estava lado a lado com ele, de repente ele se afasta, vai se afastando, exemplo: "Trânsito livre, por favor, entre com bola e tudo". Uma imagem daquela, no mínimo, é questionável, e as outras que vimos, porque eu penso que, se o Presidente Ednaldo, os senhores, assistirem a essas imagens, juntamente com a Comissão de Arbitragem, que é, ao contrário de Ednaldo, em quem eu não deposito confiança... É minha opinião, como Parlamentar e como jornalista, ele não deveria ser o chefe da Comissão de Arbitragem, o Seneme, para mim ele já tinha que ser demitido, já tinha que ter sido demitido, é o que eu penso, mas respeito a opinião de todos.

Então, eu acho que a gente daria já um pontapé fortíssimo se ele pudesse, se ele concordasse, Textor, em conversar esta semana e tudo que apresentou a nós, apresente à CBF, porque eu tenho certeza de que o Presidente Ednaldo, vendo, tomaria providências. Ele chamaria a arbitragem e mostraria: "Olha aqui, oh", porque não tem nenhum Senador irresponsável aqui, não, gente. Esta CPI não foi acusada, como na Câmara, de achar que não. E ela não vai terminar em pizza não, e nem no zero a zero, não! Ela vai terminar com goleada, com gols! Aqui não tem ninguém que está brincando. Eu não vou jogar os meus 50 anos de carreira no lixo, e nenhum Senador aqui vai jogar a sua credibilidade no mesmo local.

Então, eu penso que essa é uma forma de agilizarmos isso aqui, Sr. Gussem, Sr. Julio Avellar, satisfeito que estou com as posições de vocês, com a clareza de vocês, com as respostas rigorosamente da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma mais objetiva, porém, sem nenhum compromisso com a mentira e, pelo contrário, com a verdade, aceitem essa minha sugestão, convençam o Presidente Ednaldo para ele chamar para uma conversa na CBF o senhor... Eu não enxergo, desculpe. Eu só tenho 3% de visão, quem vai salvar a minha visão está aqui, na minha frente, amanhã em cirurgia.

O SR. EDUARDO GUSSEM – Se recebermos, já adianto que vamos encaminhar imediatamente para a Polícia Federal e para o Ministério Público, que é o nosso protocolo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Todos os áudios, não; todas as imagens. Áudio só tem um.

O SR. JULIO AVELLAR (Para expor. *Fora do microfone.*) – Todos os órgãos competentes...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah! Todos os órgãos. No caso, a CPI também.

Perfeito.

O SR. JULIO AVELLAR – Qualquer relatório que a gente receba, seja ele de qualquer natureza, nós imediatamente estaremos dando seguimento aos órgãos competentes, de acordo com o protocolo estabelecido pela CBF.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Bom, olha, eu queria a atenção dos senhores, e ela serve para qualquer um de vocês, com as últimas perguntas que temos, tanto eu como o Senador Chico Rodrigues remotamente. São perguntas objetivas e não longas, mas para essa aqui eu peço atenção.

Uma das críticas corriqueiras quanto à arbitragem nos campeonatos organizados pela CBF refere-se ao fato de que os delegados de arbitragem são sempre representantes das federações locais.

Segundo declarações de ex-árbitros, a atuação desses delegados locais é algumas vezes fator de constrangimento para os juízes que vêm de outras unidades da Federação.

Em 14 de fevereiro de 2019, em um artigo para o Globo Esporte, assim se manifestou Sandro Meira Ricci:

A CBF precisa exercer sua prerrogativa de indicar os delegados para as partidas de suas competições e retirar esse poder dos presidentes das federações, que são os chefes dos delegados no dia a dia. [Ou seja] não precisa muito esforço para entender que existe uma situação clara de conflito de interesse.

Creio que essa pergunta é importante e espero ficar satisfeito com a resposta dos senhores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIO AVELLAR – Bom, se eu comprehendi bem a pergunta, ela está se referindo a delegado de arbitragem local em partidas da CBF.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exemplo: Bahia 1 Grêmio 0, neste final de semana, que causou a entrevista do técnico Renato Gaúcho.

O SR. JULIO AVELLAR – Perfeito.

Há uma diferença na terminologia, talvez. A capacidade com que a pessoa em questão, do Bahia e Grêmio, estava trabalhando nesse jogo era como o delegado de partida. Ele era o delegado da partida e não um delegado da arbitragem. E isso... Segundo obviamente o nosso regulamento, o delegado da partida pode ser indicado, obviamente, pela federação local.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Avellar, me perdoe. Nesse caso, ele é Coordenador da Comissão de Arbitragem da Federação Baiana de Futebol. Me desculpe. Com a minha experiência, é constrangedor. Ao lado de um quarto árbitro, para mim, tinha que ter um outro árbitro experiente, um ex-árbitro, e ninguém ligado à federação.

O SR. JULIO AVELLAR – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É minha opinião.

O SR. JULIO AVELLAR – Excelência, o trabalho dessa pessoa em questão não era auxiliar um quarto árbitro em temas da arbitragem. Ele estava trabalhando como delegado da partida na organização da partida. Não há qualquer interferência por parte dessa pessoa, interferência externa, nas decisões do árbitro ali em questão.

Sobre o ponto que você falou de ter um delegado de arbitragem, eu acho que essa é uma pergunta um pouco mais apropriada para a Comissão de Arbitragem responder.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O duro é o Seneme responder, não é? Ainda mais a mim agora, depois das críticas que eu fiz.

Mas eu insisto. Caso o Sr. José Eduardo queira responder, pode responder.

A gente aqui não pode chegar e acusar o técnico Renato Gaúcho de mentiroso, porque ele estava ao lado do jogador Diego Costa no banco e ele garantiu que o Diego Costa não xingou o quarto árbitro. Então, a gente não tem essa imagem e não temos nem esse áudio, perfeito? Então, eu não posso ser irresponsável de chegar aqui...

É porque eu conheço pessoalmente o Renato Gaúcho desde 1984 e o tenho como amigo pessoal, jamais como um sujeito que mente. Pelo contrário, ele às vezes fala até demais. Ele é meio estilo Kajuru,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele é meio bocudo. A diferença é que ele não toma processo. Talvez seja mais equilibrado do que eu. Hoje eu estou mais equilibrado, graças a Deus! Mas eu não posso dizer que ele mentiu.

Então, aí cabe este questionamento e uma reflexão do Presidente da CBF: para que colocar alguém da federação ao lado de um quarto árbitro, que, segundo esse ex-árbitro aqui... Esse não, esses acham que é um fator de constrangimento. O senhor não concorda, Gussem?

O SR. EDUARDO GUSSEM (Para expor.) – Concordo, Excelência, e concordo também com as falas do próprio Sr. John Textor, quando ele diz que os elementos de controle dentro de campo e os elementos de controle sobre o VAR podem ser reforçados. Então, nós temos que ter essa sensibilidade de dialogar e ouvir sugestões positivas que ele apresenta, inclusive dentro da *expertise* que ele tem em tecnologia. Essa foi uma coisa que ele já adiantou, inclusive, antes desse episódio de domingo. Então, a possibilidade de redobrarmos os cuidados de controle dentro do espaço de campo é fundamental para evitar a ocorrência novamente de situações como essa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Boa entrevista na Record, Dr. Hiran. Muito obrigado pela sua presença, Senador. Amanhã, ansiosamente, eu estou contigo no período da tarde.

Prestem atenção aqui em algo grave, se vocês concordam ou não também.

Antes do jogo Bahia e Grêmio, tem a súmula. Na súmula, o Sr. Jailson se apresenta como assessor. Após o jogo, essa mesma súmula o apresenta não mais como assessor. Não é estranho, não? A súmula foi alterada!

O SR. JULIO AVELLAR (Para expor.) – Se, de fato, isso for verdade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso é 100% verdade.

O SR. JULIO AVELLAR – É uma coisa grave, mas essa pessoa estava designada como delegado da partida a todo momento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas, na súmula, ele estava como assessor.

O SR. JULIO AVELLAR – Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele só virou delegado depois do jogo, na súmula, na mesma súmula.

O SR. JULIO AVELLAR – Eu acho que esse é um assunto que tem que ser bastante apurado, e você tem o nosso comprometimento de retornar sobre esse tema para você.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu agradeço, para que a CBF tome conhecimento.

O SR. JULIO AVELLAR – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, aqui para fechar, perguntas do nosso querido Senador, também de Roraima, Chico Rodrigues, integrante desta CPI da Manipulação de Jogos e Casas Esportivas: "Outras ligas no mundo têm casas de apostas como patrocinadores?", pergunta ele.

O SR. EDUARDO GUSSEM (Para expor.) – Eu posso adiantar e tenho aqui essa informação em mãos: Liga portuguesa 1 Betclic – eu vou me restringir à liga –, Série A Itália, Holanda, Bélgica, Superliga Dinamarca, Liga Sueca, Liga Suíça, México, Colômbia, Argentina, Peru, NBA, NFL, PGA Tour, NASCAR, Fórmula 1, Copa América, Eurocopa 24, ou seja, virou uma grande realidade. O mundo vai ter que conviver com essa nova realidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, eu fico muito confortável nessa situação, porque enfrentei praticamente sozinho... E como Vice-Líder do Governo precisava de ter apoio e só fui ter na votação como sub-Relator das casas de apostas, porque havia um posicionamento totalmente contrário ao meu de que se proibisse, totalmente, 100%, a publicidade das casas de apostas nas emissoras de rádio, jornal e televisão, nas camisas dos times de futebol e nas placas de publicidade.

Eu acabei convencendo os Senadores que estavam radicais, mostrando a eles: "Isto vai ser a falência de muitos times de futebol", porque vocês não estão se lembrando: o tempo lá atrás era de cada time de futebol ter uma cerveja na camisa. Hoje, cerveja não anuncia mais, porque virou um monopólio. Você, prestem atenção nos intervalos comerciais: todos tinham uma mulher bonita – para não dizer outra coisa –, falando de cerveja. Às vezes, nem tomava cerveja, mas falava. Você via aquela mulher bonita e tal, e vendia cerveja. Toda a televisão tinha essa receita. Antes, todo intervalo tinha banco, inclusive o Jornal Nacional. Sempre, por décadas, era banco. Banco também diminuiu.

De repente, essas empresas viraram os maiores patrocinadores. Como você retirar das camisas dos times de futebol que também perderam esses mesmos patrocinadores? Como você retirar das placas de publicidade se a Presidente do Palmeiras, a Leila, uma mulher que tem todo mundo aqui conhecimento da sua situação financeira, diz: "Senador Kajuru, esse dinheiro é fundamental para o nosso dia a dia, para as nossas despesas"?

Então, eu não tinha como desrespeitar 40 times de futebol que vieram me procurar sobre essa situação. O que eu entendo – respeitando a opinião de outros Senadores que veem casas de apostas todas de forma igual – é que eu não posso fazer isso, eu tenho que saber separar. E cada clube tem que ter a sua responsabilidade no contrato com uma casa de aposta. É só puxar a "capivara" dela. Se houver uma denúncia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra ela, evidente, você não pode colocar na sua camisa, você vai estar colocando a sua credibilidade manchada, o mesmo uma emissora de televisão. A única casa de aposta até agora escancarada no Fantástico foi aquela Blaze.

Nós tentamos achá-la. Não tem a localização. Ela é do exterior. Então, na hora em que houver qualquer prova, qualquer denúncia grave de uma casa de apostas, ela será imediatamente convidada ou convocada, por amor ou dor, aqui. Só que precisamos ter essa preocupação.

Ainda sobre o Chico Rodrigues, meu amigo e querido Senador: "Existem outras ligas, de outros esportes, que têm casas de apostas como patrocinadores?". E, por fim: "Existem outras ligas no mundo que utilizam a Good Game!? Quais são, se existem?".

O SR. EDUARDO GUSSEM – Com relação a outras ligas, eu já havia mencionado, Senador: NBA, NFL, PGA Tour, Nascar, Fórmula 1, Copa América 2024, Eurocopa 2024.

A outra pergunta é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sobre a Good Game! E quais?

O SR. EDUARDO GUSSEM – Eu desconheço por inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Sr. Julio Avellar.

O SR. JULIO AVELLAR (Para expor.) – Nós não temos conhecimento da Good Game! prover serviços para nenhuma liga do mundo. Obviamente, se essa informação estiver desatualizada, por nossa parte, que, obviamente, seja corrigida, porque a gente gostaria também de saber.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, eu não quero nunca ser acusado, como Presidente desta CPI, por ter desobedecido o organograma.

E o Sr. José Eduardo Gussem não teve direito à sua explanação, porque acabamos tendo perguntas e, com todo respeito ao Relator, ele respondeu.

O senhor quer ter esse direito, para finalizarmos a nossa reunião desta segunda-feira, 29 de abril de 2024?

O SR. EDUARDO GUSSEM (Para expor.) – Excelência, agradeço a oportunidade.

Só gostaria de aproveitar este momento para, mais uma vez, parabenizá-los pela coragem, pela determinação e pela importância que esta CPI tem para o futebol e para o desporto brasileiro. Temos muito o que aprender com ela, temos muito que evoluir a partir de agora e temos que, juntos, avançar para aderir à Convenção de Macolin. Se nós saímos desta CPI com alguns ganhos, e se esse for o principal ganho – e,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para tanto, temos que sensibilizar o Poder Executivo, a Presidência da República, e eu não acho difícil porque já sinalizaram positivamente –, o quanto isso acontecer, nós vamos estar na vanguarda da vanguarda.

Hoje a CBF já tem uma situação de destaque, mas ao aderir à Convenção de Macolin, nós estaremos entre os melhores, os mais avançados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Perfeito, Sr. Gussem.

Só informo ao meu querido amigo, o Senador Carlos Portinho, que o técnico Renato Gaúcho, do Grêmio, gostaria muito de ter falado aqui hoje, mas ele estava, no momento da CPI, em viagem para Ponta Grossa, em competição da Copa do Brasil; mas está à nossa disposição.

Gostaria de agradecer, especialmente, ao Sr. José Avellar, ao Sr. José Eduardo Gussem... Ao Sr. Julio, perdão.

Aqui é a visão mesmo, perdão – mas, amanhã, Deus e Santa Luzia vão curar, e os médicos da equipe do Dr. Hiran. Com 3%, olha o tamanho da letra! Eu enxergava com 12%. Agora é tamanho 45 e marca texto amarelo. Mas não tem problema nenhum. Se eu perder a visão, eu acho que aí eu vou enxergar mais ainda. Vou virar um argentino Borges. Na altura da cegueira dele, com 60 anos, ele escreveu os melhores livros dele. É verdade ou não? E o Borges, quando os peronistas xingavam na rua – "morre, Borges", "morre, Borges", "morre" –, ele respondia: "lamento, eu sou imortal". (*Risos.*)

A minha resposta será a mesma.

Eu gostaria também de agradecer aqui a todos os companheiros, amigos. Eu não falo colega. O Portinho me chama de amigo, às vezes colega. Colega é quem eu mal cumprimento. Portanto, eu falo aqui amigos e amigas Senadores e Senadoras presentes nesta reunião.

Agradeço também à nossa equipe de gabinete, a minha em especial, com a craque Carol da Luz, com a Luma Paschoalato, com o Roberto Gonçalves, ex-editor do Jornal Nacional, inclusive – dispensa comentários –, por 25 anos só.

Do gabinete do Senador Romário, o Wester, o Flavio, o Vicente, a Loni.

Do gabinete do Senador Girão, o Chico, o Roberto.

Da Liderança do PSB, o histórico de 80 anos partido de Miguel Arraes, Eduardo Campos, Geraldo Alckmin e outras reservas morais, a Olga, o Santi, o Carlos.

Agradecer ao talentosíssimo advogado do Senado, Dr. Otávio, que, aliás, passou toda essa semana – inclusive final de semana – lendo folha por folha das 180 páginas do relatório entregue a nós, da CPI, do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CEO majoritário do Botafogo do Rio, John Textor. Ele ainda não me falou sobre o que já leu, se já leu tudo, mas entregamos inicialmente a ele. E eu, durante esse período de recuperação da cirurgia, pós, também vou ler, como vou esperar o que foi prometido da CBF, e também me ater ao relatório da CBF, que já está aqui à disposição de todos, inclusive da imprensa.

Finalizo cumprimentando os consultores do Senado, o Luciano, o Tiago Ivo, o Vinícius, e aos Senadores da secretaria... aos servidores, que são servidores de todos os Senadores, de uma competência insofismável, desta Comissão: o Marcelo Lopes, o Secretário; o Antonio da Silva Neto, e também o Henrique Cândido.

E, assim, não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e todas, convidando-os para a nossa próxima reunião. Em função de uma viagem de Romário, Relator, a Curaçao na semana que vem, nós, então, voltaremos nos dias 13, 14, 16 – três reuniões em uma semana só, para compensar uma semana de ausência –, depois 22, 23, e assim tendo sequência.

Essas são as nossas próximas reuniões, e os convidados, conforme a imprensa já tem conhecimento, já estão definidos.

O Sr. Glauber do Amaral Cunha, ex-árbitro de futebol, é o nosso próximo convidado, em função do áudio da gravação sobre a Série C do Campeonato Brasileiro, em que ele confirma ter inventado um pênalti aos 16 minutos do primeiro tempo por cumprir a sua parte em um acordo em que um clube lhe prometeu uma propina, mas até hoje ele não recebeu; e ele terá que dizer isso aqui na CPI, por amor ou por dor, e ser, evidentemente, punido. Não só ele, mas também queremos saber quem foi o corruptor.

Deus e saúde a todos e todas.

Agradecidíssimo.

(Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 17 horas e 32 minutos.)